



UNIVERSIDADE D
COIMBRA

Joana Margarida Ferreira Alves

**ESCALA DE SUGESTIONABILIDADE DE
GUDJONSSON: ESTUDO SOBRE A AVALIAÇÃO
DE CONFIANÇA NAS RESPOSTAS EM
RECLUSOS**

Dissertação no âmbito do Mestrado em Psicologia Clínica Forense orientada pela Professora Doutora Maria Salomé Estima de Pinho e apresentada à Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade de Coimbra.

Fevereiro de 2023

Escala de Sugestionabilidade de Gudjonsson: estudo sobre a avaliação de confiança nas respostas em reclusos

Resumo

Sabe-se que na presença de informações sugestivas, a confiança não é um bom indicador de exatidão da informação e que os relatos de uma testemunha com níveis de confiança elevados são, geralmente, vistos como mais confiáveis. Este é o primeiro estudo, ao que se conhece, que visa conhecer se a confiança nas respostas dadas por reclusos à Escala de Sugestionabilidade de Gudjonsson - 2 (GSS-2) varia consoante o tipo de perguntas (não sugestivas, afirmativas, direcionadas e com alternativas falsas). Analisa ainda a relação entre a sugestionabilidade interrogativa e as variáveis neuroticismo e desejabilidade social. A amostra incluiu 79 reclusos do sexo masculino, com idades entre 18 e 24 anos, com pelo menos o 9º ano de escolaridade. Os participantes foram aleatoriamente distribuídos por duas condições: procedimento usual de aplicação da GSS-2 (condição controlo) e procedimento modificado que consistiu em solicitar a avaliação da confiança do participante nas suas respostas (condição experimental). Todos os participantes responderam também ao Questionário de Personalidade de Eysenck – Revisto (EPQ-R) e à Escala de Desejabilidade Social de 20 itens (EDS-20). Este estudo encontrou diferenças na confiança subjetiva nas respostas dadas pelos reclusos relativamente ao tipo de questões da GSS-2. Concretamente, as respostas às questões não sugestivas alcançaram maior grau de confiança comparativamente às respostas a questões sugestivas (representativas das perguntas colocadas em interrogatório) e as respostas às questões com alternativas falsas obtiveram menor grau de confiança comparativamente às restantes questões sugestivas (afirmativas e direcionadas) da GSS-2. Quanto ao *feedback* negativo (representativo da pressão interrogativa exercida em interrogatório policial), não se observou interferência deste na confiança subjetiva das respostas dadas pelos reclusos. Não foram encontradas correlações significativas entre as medidas de sugestionabilidade interrogativa e as variáveis neuroticismo e desejabilidade social. Sendo este um estudo exploratório, é imprescindível que estudos futuros prossigam a exploração desta temática e incorporem outras variáveis e outro tipo de amostras.

Palavras-chave: Sugestionabilidade interrogativa, GSS-2, Confiança nas repostas, Neuroticismo, Desejabilidade social, Reclusos.

Gudjonsson Suggestibility Scale: a study on the evaluation of confidence in the responses by inmates

Abstract

It is known that, in the presence of suggestive information, confidence is not a good indicator of information accuracy and that witness reports with high confidence levels are, generally, seen as more trustworthy. This is the first study, to the best of our knowledge, that aims at knowing if confidence in the answers given by inmates to the Gudjonsson Suggestibility Scale – 2 (GSS-2) varies according to the type of questions (nonsuggestive, affirmative, leading and false alternatives). It also analyses the relationship between interrogative suggestibility and the variables of neuroticism and social desirability. The sample included 79 male inmates aged 18 to 24 with, at least, the 9th grade of schooling. The participants were randomly distributed between two conditions: Usual application procedure of the GSS-2 (control condition) and modified procedure which consists in requesting the confidence evaluation of the participant in his answers (experimental condition). All participants also answered to the Eysenck Personality Questionnaire - Revised (EPQ-R) and to the Social Desirability Scale of 20 items (EDS-20). This study found differences in the subjective confidence in the answers given by the inmates regarding the type of questions of the GSS-2. Specifically, the answers to nonsuggestive questions got higher degrees of confidence when compared to suggestive questions (representative of the questions asked during interrogations) and answers to false alternative questions got lower degrees of confidence when compared to those of the remaining suggestive questions (affirmative and leading) of the GSS-2. Regarding negative feedback (representative of interrogative pressure exerted during police questioning), no interference was observed in the subjective confidence of the answers given by the inmates. No significant correlations were found between the measures of interrogative suggestibility and the variables of neuroticism and social desirability. This being an exploratory study, it is crucial that future ones continue exploring this subject, taking into consideration other variables and other types of samples.

Key Words: Interrogative suggestibility, GSS-2, Responses Confidence, Neuroticism, Social desirability, Inmates.

Agradecimentos

À Professora Doutora Maria Salomé Estima de Pinho, pela sua orientação, atenção, disponibilidade e ajuda. Um grande obrigada!

A todos os participantes, que ao consentirem a sua participação, tornaram o meu projeto de investigação possível de se realizar.

À Doutora Célia Baptista, por todo o auxílio, disponibilidade e colaboração na organização das entrevistas e na seleção dos participantes.

À minha família e amigos, por estarem sempre presentes, por não me deixarem desistir, por respeitarem o meu tempo, por serem um suporte incondicional e acreditarem em mim.

Ao meu namorado, agradeço também a tua presença, apoio, ajuda e carinho, que fizeram com que todas as minhas preocupações parecessem pequenas e altamente suportáveis.

Um obrigada especial à minha querida Mariana Vieira, pois sem ti nunca teria tido a motivação certa para a concretização do meu projeto de investigação com sucesso. Todo o meu trabalho desenvolvido é também um pouco teu!

Obrigada a todos os docentes pelo exemplo dado em termos de inspiração, profissionalismo e sabedoria.

Índice

Introdução	1
I – Enquadramento Conceptual	2
1. Sugestionabilidade Interrogativa	2
1.1. Natureza e evolução concetual	2
1.2. Abordagem Experimental	4
1.3. Modelo Psico-Social de Gudjonsson e Clark	5
1.4. Escalas de Sugestionabilidade de Gudjonsson	9
1.5. Sugestionabilidade Interrogativa e Neuroticismo	12
1.6. Sugestionabilidade Interrogativa e Desejabilidade Social	13
2. Confiança Subjetiva	13
2.1. Impacto do questionamento na confiança reportada pela testemunha	15
2.2. Tipo de questões da GSS-2 e sua relação com a confiança subjetiva	19
2.3. Impacto da confiança na confiabilidade do relato da testemunha	20
II - Objetivos	22
III - Método	23
1. Amostra	23
2. Instrumentos utilizados	25
2.1. Escala de Sugestionabilidade de Gudjonsson 2	25
2.2. Escala visual de avaliação da confiança nas respostas dadas (em percentagem)	26
2.3. Escala de Desejabilidade Social de 20 itens	26
2.4. Questionário de Personalidade de Eysenck	26
3. Procedimento	27
IV – Resultados	28
1.1. Comparação de desempenho entre os grupos	28
1.2. Impacto do tipo de questões e do momento de inquirição na confiança	29
1.3. Correlação entre as medidas de sugestionabilidade interrogativa e o neuroticismo e a desejabilidade social	31
V – Discussão	31
Conclusões	40
Bibilografia	42
Anexos	48
Anexo A	49
Anexo B	50
Anexo C	51
Anexo D	52

Introdução

A Psicologia Forense tem como principal objetivo auxiliar o sistema judicial na tomada de decisão. Uma das suas áreas de investigação relaciona-se com o estudo dos processos psicológicos que influenciam a exatidão dos relatos das testemunhas (Drake, Bull, & Boon, 2008). A partir dos contributos desta área, os sistemas de justiça têm se preocupado, cada vez mais, com os efeitos negativos que determinadas práticas em interrogatórios policiais poderão acarretar, nomeadamente, no que diz respeito ao recurso a questões sugestivas e a *feedback* negativo.

No âmbito da sugestionabilidade interrogativa, a confiança da testemunha tem sido pouco estudada. A confiança refere-se, neste contexto, à estimação subjetiva da exatidão do que a pessoa se recorda (Roebbers, 2002) e a investigação na área da credibilidade das testemunhas revela que os relatos com níveis de confiança elevados são, geralmente, vistos como mais confiáveis (e.g., Kebbell, Wagstaff, & Covey, 1996 como citado em Balgrove & Akehurst, 2000). No entanto, por vezes, as testemunhas que relatam o acontecimento com incorreções são as que apresentam maiores níveis de confiança (e.g., Tomes & Katz, 2000). Por outro lado, vários estudos têm destacado que a confiança está, geralmente, correlacionada com a exatidão, exceto em condições de questionamento sugestivo (e.g., Loftus, Miller & Bums, 1978 como citado em Balgrove & Akehurst, 2000).

Os interrogatórios policiais utilizam frequentemente o questionamento sugestivo, o que pode trazer consequências também no nível da confiança subjetiva reportada pela testemunha. Tendo em conta que esta confiança, como supramencionado, tem influência na forma como a testemunha é percecionada enquanto credível ou não (Kebbell et al., 1996 como citado em Balgrove & Akehurst, 2000; Sauer, Palmer, & Brewer, 2017 como citado em Iida, Itsukusima & Mah, 2019), é imprescindível que se aprofunde o conhecimento sobre esta temática.

Os estudos de Gudjonsson (1983), de Rijn, Carter, McMurtrie, Willner e Blagrove (2017) e de Balgrove e Akehurst (2000) foram os únicos a avaliar a confiança nas respostas à GSS, tendo verificado que, geralmente, o *feedback* negativo tende a aumentar a sugestionabilidade e a confiança do sujeito na sua resposta, o que leva a uma diminuição da relação entre confiança e exatidão. Balgrove e Akehurst (2000), numa amostra de estudantes universitários em privação de sono, também verificaram que as respostas às questões não

sugestivas da GSS, quando corretas, são dadas com graus de confiança significativamente elevados comparativamente à confiança reportada nas respostas às questões sugestivas. Porém, ao que se conhece, ainda não existem estudos publicados relativamente à possível variação da confiança nas respostas aos diferentes tipos de questões da GSS e, em particular, realizados com população reclusa. Assim, o presente estudo apresenta um carácter exploratório.

Neste estudo procurou-se analisar se os tipos de questões sugestivas da GSS-2 (representativos das perguntas em interrogatório) e o *feedback* negativo (representativos da pressão interrogativa) interferem, de forma significativa, na confiança subjetiva das respostas dadas por reclusos. Procurou-se ainda, analisar a correlação entre a sugestionabilidade interrogativa e as variáveis neuroticismo e desejabilidade social.

Esta investigação pretende contribuir para a compreensão do impacto da sugestionabilidade interrogativa na exatidão dos testemunhos, mediante a análise da variável confiança subjetiva, sendo que esta poderá ser utilizada para averiguar a confiabilidade do testemunho.

I – Enquadramento Conceptual

1. Sugestionabilidade Interrogativa

1.1. Natureza e evolução concetual

O conceito de sugestionabilidade tem sido explorado, pelo menos, desde o século XIX. As primeiras abordagens centravam-se na definição da sugestão enquanto fenómeno explicativo da hipnose (Coffin, 1941 como citado em Gudjonsson, 2003). Neste contexto, Noitz (1820) caracterizou a sugestão como uma “resposta ideo-motora” (Coffin, 1941 como citado em Gudjonsson, 2003), defendendo que a sugestão é transformada em ação quando esta atinge a consciência do sujeito (Noitz, 1820 como citado em Gudjonsson, 2003).

Em 1888, Bernheim deixou de considerar a sugestão como um simples veículo de indução do fenómeno hipnótico, considerando-a fundamental para explicar o fenómeno de hipnose (Gheorghiu 1989 como citado em Gudjonsson, 2003). Segundo este autor, a hipnose ocorria, maioritariamente, em pessoas com uma elevada sugestionabilidade (i.e., suscetibilidade a sugestões). Começou a assumir-se que a sugestão também se poderia manifestar durante o estado de consciência do sujeito, como resultado da influência de outra pessoa (Drake,

2009), o que poderia resultar na modificação das suas crenças e atitudes (Bernheim, 1910 como citado em Gudjonsson, 2003).

No início do século XX, surge o interesse pelo estudo da credibilidade de testemunhos e começam a ser desenvolvidos diversos estudos no âmbito da sugestionabilidade, principalmente, na Europa. Nestes começou a ser evidente a ocorrência de falsos relatos, por parte de testemunhas, sendo necessário intensificar a investigação nesta área (Münsterberg, 1908 como citado em Drake, 2009).

Cattell (1895) foi o primeiro a dar início às investigações na área do testemunho, através da colocação de perguntas sugestivas, de forma a avaliar a exatidão das respostas e o grau de confiança nestas. Os resultados revelaram uma surpreendente imprecisão das respostas dos participantes, os quais manifestaram um grau elevado de confiança nas mesmas. No entanto, o conceito de sugestionabilidade interrogativa apenas foi introduzido, pela primeira vez, em 1900, por Binet (Drake, 2009; Gudjonsson, 2003, 2018).

Binet investigou a sugestionabilidade e a aparente maleabilidade da memória. Desenvolveu um procedimento para medir a sugestionabilidade interrogativa, que envolveu a colocação de perguntas sugestivas sobre uma imagem anteriormente mostrada aos indivíduos (Gudjonsson, 2003). Binet (1900 como citado em Drake, 2009) concluiu, então, que, para que a sugestionabilidade ocorresse, era necessária uma influência externa (o sujeito tem de ter tendência para imitar e ser relativamente obediente ou disponível para uma influência mental e a sugestão tem de paralisar o seu senso crítico).

Stern (1910, 1939 como citado em Drake, 2009) realizou diversas experiências, no sentido de determinar a exatidão dos testemunhos e as condições subjacentes a esta. Tais estudos, foram os primeiros a indicar que, perante um interrogatório que incluía questões sugestivas, determinadas pessoas podem aceitar as informações sugestivas que lhe foram transmitidas, o que afeta a exatidão da sua memória acerca do evento presenciado. Stern (1939 como citado em Gudjonsson, 2003) considerou, então, que as questões sugestivas podem produzir respostas distorcidas porque são formuladas de forma a indicar a resposta pretendida, seja esta correta ou incorreta. Assim, devido aos estudos de autores como Binet (1900) e Stern (1910, 1939), passou-se a compreender a sugestionabilidade como um fenómeno comportamental que poderia ocorrer durante um interrogatório, como resultado da combinação de questões sugestivas e pressão interrogativa (Drake, 2009).

Apesar de terem sido aplicados vários testes de avaliação da sugestionabilidade, a maioria não possuía uma base teórica. Foi Eysenck (1943 como citado em Gudjonsson, 2003), através dos resultados obtidos previamente, quem procurou analisar os fatores subjacentes à natureza do fenómeno de sugestionabilidade. A partir dos resultados desses estudos, Eysenck e Furneaux, em 1945, distinguiram dois tipos de sugestionabilidade interrogativa: a primária e a secundária (Gudjonsson, 2003). A sugestionabilidade primária, alusiva à ideia de Noitz (1820 como citado em Gudjonsson, 2003), é onde se inserem os testes motores, que avaliam movimentos involuntários devido a sugestões repetitivas e monótonas por parte do experimentador. A sugestionabilidade secundária não está relacionada com a hipnose e inclui fenómenos variados e complexos, especialmente sensoriais e perceptivos, como consequência de sugestões (explícitas ou implícitas) feitas pelo experimentador (Eysenck & Furneaux, 1947 como citado em Gudjonsson, 2003). Contudo, Evans (1967 como citado em Gudjonsson, 2003) demonstrou que a “sugestionabilidade secundária” tinha uma reduzida evidência empírica. Eysenck e Furneaux (1945 como citado em Gudjonsson, 2003) levantaram, ainda, a possibilidade de um terceiro tipo de sugestionabilidade, caracterizado por uma mudança de comportamento, como resultado de uma comunicação persuasiva de uma figura de autoridade. No entanto, o único estudo de análise de fatores que se preocupou em incluir testes para medir a sugestionabilidade interrogativa foi Stukat (1958 como Gudjonsson, 2003), o que levou a que a sugestionabilidade interrogativa continuasse a ser uma área de investigação negligenciada.

No final do século XX, começou a tornar-se mais premente a necessidade de uma avaliação rigorosa da fidelidade e veracidade dos testemunhos e, assim, a sugestionabilidade interrogativa tornou-se especialmente relevante em contexto forense. Gudjonsson (2003) menciona que foram realizadas várias investigações acerca desta temática e, por volta da década de 80, surgem duas abordagens distintas, porém complementares, da sugestionabilidade interrogativa: a abordagem experimental e a abordagem centrada nas diferenças individuais (i.e., o modelo psico-social de Gudjonsson e Clark).

1.2. Abordagem Experimental

Nos Estados Unidos da América, surge a abordagem experimental, tendo por base os estudos de Loftus (1979 como citado em Gudjonsson, 2003). Esta abordagem, de certa forma, complementa o modelo de Gudjonsson e Clark (abordado a seguir), ao introduzir a análise dos mecanismos cognitivos que

orientam a integração de informação sugestiva e inconsistente na memória, através da colocação de perguntas sugestivas (Schooler & Loftus, 1986 como citado em Gudjonsson, 2003).

A sugestionabilidade entende-se como mediada por um mecanismo cognitivo central denominado “detecção de discrepâncias”. De acordo com este princípio, Schooler e Loftus (1986 como citado em Gudjonsson, 2003) destacam *“as recordações de um evento são mais passíveis de modificação, caso uma pessoa não detete, imediatamente, as discrepâncias entre a memória do evento original e sugestões posteriores”* (p. 354). Não há um consenso na definição de sugestionabilidade interrogativa. Por exemplo, Powers, Andriks e Loftus (1979 como citado em Gudjonsson, 2003) definem a sugestionabilidade interrogativa como *“o grau em que os indivíduos aceitam informação pós-evento e a incorporam nas suas recordações”* (p. 345). Apesar de esta definição indicar a importância do processamento da memória no processo de sugestionabilidade interrogativa, foi alvo de críticas por ser demasiado vaga (Gudjonsson, 2003, 2018). Também não existia evidência de que o indivíduo incorporasse, efetivamente, a informação pós-evento na sua memória, ainda que a aceitasse (Gudjonsson, 2018). No entanto, estudos atuais indicam que essa informação pode ser incorporada na memória, podendo esta sofrer grandes alterações (Loftus, 2005).

Schooler e Loftus (1986 como citado em Gudjonsson, 2003) defendem que a integração de sugestões pós-evento é influenciada por diversos fatores, porém todos mediados pelo princípio geral de detecção de discrepâncias. Por outro lado, a investigação tem evidenciado que a detecção de discrepâncias é influenciada, maioritariamente, por dois fatores. O primeiro, é o intervalo que medeia o evento original e as sugestões dadas posteriormente, sendo que, quanto mais longo, maior a probabilidade de o indivíduo integrar as sugestões na sua memória (e.g., Loftus et al., 1978 como citado em Gudjonsson, 2003). O segundo, está relacionado com a forma como as sugestões são apresentadas, por exemplo, avisar que a informação pós-evento poderá conter informação discrepante, tende a aumentar a capacidade de detecção de discrepâncias do sujeito (e.g., Loftus 1981 como citado em Gudjonsson, 2003).

1.3. Modelo Psico-Social de Gudjonsson e Clark

Na Europa, Gudjonsson e Clark (1986 como citado em Gudjonsson, 2003) desenvolveram um modelo teórico para a sugestionabilidade interrogativa com o objetivo de compreender o processamento da informação durante um

interrogatório policial e o modo como podem surgir distorções na memória. Este modelo procura explicar as diferenças individuais ao nível da sugestionabilidade interrogativa, sendo esta determinada tanto por fatores internos (cognitivos, emocionais e motivacionais), como por fatores externos (e.g., características do entrevistador, repetição do interrogatório).

Gudjonsson e Clark (1986 como citado em Gudjonsson, 2003) definem a sugestionabilidade interrogativa como “*o grau em que, no contexto de uma interação social fechada, os indivíduos aceitam mensagens comunicadas através de um interrogatório formal e, em consequência, alteram o seu comportamento*” (p. 345). Então, o conceito de sugestionabilidade interrogativa compreende cinco componentes interrelacionados, que formam o processo interrogativo: (i) uma interação social; (ii) um procedimento de questionamento que envolve dois ou mais participantes; (iii) um estímulo sugestivo; (iv) a aceitação do estímulo sugestivo; (v) uma resposta comportamental, que pode ser resistente (i.e., não aceitar a sugestão) ou sugestionável (i.e., aceitar a sugestão) (Gudjonsson & Clark, 1986 como citado em Gudjonsson, 1997).

A sugestionabilidade interrogativa descrita por Gudjonsson e Clark (1986) é diferente das anteriores definições de sugestionabilidade. As suas características distintivas são: envolver um procedimento de questionamento que decorre dentro de uma interação social fechada; as questões colocadas focarem-se em experiências e acontecimentos passados e recordações; conter uma forte componente de incerteza, que está relacionada com a capacidade de processar informação cognitivamente; os interrogatórios envolverem uma sobrecarga de *stress*, com importantes consequências para o relato feito pelas testemunhas (Gudjonsson, 1989 como citado em Gudjonsson, 1997).

Segundo o Modelo de Gudjonsson e Clark, a sugestionabilidade interrogativa depende das estratégias de processamento e de *coping* adotadas pelo indivíduo, quando confrontado com três aspetos essenciais do processo interrogativo: a incerteza, a confiança interpessoal e as expectativas (Bain & Baxter, 2000; Gudjonsson, 1997, 2003). A incerteza refere-se ao facto de o interrogado não ter a certeza absoluta da resposta à questão que lhe é colocada (e.g., não se recorda da informação), o que o pode levar a ceder à sugestão. É importante destacar que alguns entrevistados podem concordar com a sugestão, mesmo quando sabem que ela não está correta, porque podem estar relutantes em discordar ou pretendem agradar ao entrevistador. Neste caso, considera-se que o entrevistado é condescendente (Gudjonsson, 1997) porque o sujeito só é considerado sugestionável quando no seu íntimo aceita a sugestão ou, no

mínimo, acredita que ela possa ser plausível (Gudjonsson, 2003). No que diz respeito à confiança interpessoal, é esperado que o sujeito reconheça a honestidade e transparência do entrevistador, não colocando a hipótese de este o estar a tentar induzir em erro. Quando o entrevistado está desconfiado em relação ao entrevistador, está mais relutante em aceitar as sugestões que este lhe transmite, diminuindo, assim, a sua vulnerabilidade à sugestão, mesmo em condições de incerteza (Gudjonsson, 1997; Loftus, 1979 como citado em Gudjonsson, 2003). Assim, para preservar a confiança interpessoal na aplicação da Escala de Sugestionabilidade de Gudjonsson (ver adiante), é necessário que o entrevistado acredite que apenas está a ser testada a sua memória e que as perguntas sugestivas introduzam a sugestão de forma subtil, para que possam ser percebidas como plausíveis (Gudjonsson, 1997, 2003). Apesar de o entrevistado poder expressar a sua incerteza através de uma resposta “não sei” ou “não me recordo”, muitas vezes, ficam relutantes em exprimir a sua incerteza. Isto acontece, porque as expectativas (de sucesso) são uma crença do indivíduo relativamente ao que se espera em relação a ele: deve dar uma resposta definitiva, saber a resposta à questão e ser capaz de dar a resposta correta (Gudjonsson, 1997, 2003).

Portanto, de acordo com o modelo de Gudjonsson e Clark (1986) a maioria das pessoas é suscetível às sugestões, se as condições necessárias estiverem presentes: a incerteza, a confiança interpessoal e as expectativas de sucesso. Porém, o grau de sugestionabilidade vai depender do processamento cognitivo e das estratégias de *coping* que o sujeito utilize durante a situação interrogativa. Um exemplo de uma estratégia de *coping* que ajuda os indivíduos a ser resistentes às sugestões, envolve a análise crítica e objetiva da situação interrogativa, o que leva a que o sujeito não se comprometa com uma resposta, a não ser que tenha a certeza desta. Também os indivíduos que são mais desconfiados, principalmente em relação a figuras de autoridade, se revelam menos sugestionáveis. Por outro lado, quando o sujeito lida com a situação interrogativa tendo dificuldade em admitir que a sua memória poderá ter falhas e em responder “não sei” ou, quando teme uma avaliação negativa, será mais suscetível de aceitar as sugestões de entrevistador (Gudjonsson, 2003).

Gudjonsson e Clark (1986 como citado em Gudjonsson, 2003) definem o *feedback* como um “*sinal que é comunicado pelo entrevistador a uma testemunha, após esta ter respondido a uma questão ou a uma série de questões, com o objetivo de fortalecer ou modificar as suas respostas seguintes*” (p. 350). O *feedback* comunicado pelo interrogador pode ser positivo

(i.e., reforçar a resposta dada) ou negativo (i.e., modificar uma resposta não desejada) e é comunicado de forma explícita ou implícita. Por exemplo, o *feedback* negativo implícito compreende a repetição de uma mesma questão ou questões, levando o interrogado a interpretar que as suas respostas iniciais estão incorretas. O *feedback* negativo explícito consiste na transmissão de uma mensagem dirigida ao entrevistado, na qual se indica que ele cometeu vários erros (Gudjonsson, 2003). O *feedback* negativo transmitido após uma série de questões, é mais provável de afetar o entrevistado porque este fica incerto sobre quais as questões que efetivamente falhou e que são necessárias de ser alteradas (Gudjonsson, 2003). Mesmo quando o entrevistado não cometeu qualquer erro, este tipo de *feedback* parece ter um efeito significativo porque implica um comportamento de desaprovação e de crítica do entrevistador em relação ao desempenho do entrevistado (Bain & Baxter, 2000). Gudjonsson (2003) mostrou que o *feedback* negativo tem dois efeitos distintos: (a) fazer com que o interrogado mude as suas respostas anteriores e (b) aumentar a vulnerabilidade do indivíduo a informação sugestiva apresentada em questões subsequentes. No entanto, como abordado anteriormente, o *feedback* negativo está sujeito à avaliação cognitiva do indivíduo, a qual resultará na adoção de uma resposta de resistência ou de cedência à sugestão. Se o entrevistado rejeitar o *feedback* negativo, este não influenciará a sua subsequente suscetibilidade às sugestões (Bain & Baxter, 2000), mas poderá tornar os entrevistados resistentes ainda mais resistentes a sugestões posteriores porque fará com que suspeitem da situação e das intenções do entrevistador (Gudjonsson & Clark, 1986 como citado em Bain & Baxter, 2000). Por outro lado, se o *feedback* negativo for aceite, não significa que o sujeito irá, inevitavelmente, ser mais vulnerável às sugestões, uma vez que este pode perceber o *feedback* como um desafio para melhorar (Gudjonsson, 2003). Porém, geralmente, se o *feedback* negativo for aceite, tal resulta em reações emocionais e fisiológicas (i.e., diminuição de autoestima e indução de ansiedade) que aumentarão, ainda mais, a sua perceção de incerteza e, conseqüentemente, a sua suscetibilidade às sugestões. Assim, o entrevistado tende a adotar uma estratégia de *coping* que se centre na procura de pistas externas, para as respostas pretendidas pelo entrevistador, ao invés de depender do seu quadro de referência interno (Gudjonsson, 2003).

Este modelo contempla dois tipos independentes de suggestionabilidade, comumente utilizados em interrogatórios policiais. O primeiro está relacionado com os trabalhos de Binet e Stern e refere-se à tendência da pessoa para aceitar sugestões, presentes em determinadas questões sugestivas (afirmativas,

direcionadas e com alternativas falsas). Esta forma de sugestionabilidade é especialmente útil para a avaliação da fiabilidade de um relato da testemunha (Gudjonsson, 1984). O segundo remete para a propensão do indivíduo para alterar uma resposta, após receber pressão interrogativa, exercida sob forma de questionamento repetido e de *feedback* negativo (Drake, 2009; Gudjonsson, 2003) e está relacionada com a ansiedade e o tipo de estratégias de *coping* a que o indivíduo recorre para lidar com a pressão interrogativa (Gudjonsson, 1984).

Bain e Baxter (2000) e Baxter e Boon (2000) verificaram que o comportamento do entrevistador (bruto ou amigável) durante a aplicação da GSS influencia a sugestionabilidade dos sujeitos (Dukala & Polczyk, 2013). O entrevistador “bruto” considera-se alguém mais severo e firme, enquanto o entrevistador “amigável” é compreensivo e respeitador. De facto, quando o entrevistador é muito severo cria uma “distância psicológica” entre este e o interrogado podendo levar a que o último tenda a ser mais suscetível à sugestão, especialmente, no segundo questionamento da GSS (Gudjonsson & MacKeith, 1982 como citado em Bain & Baxter, 2000; Gudjonsson & Lister, 1984 como citado em Bain & Baxter, 2000) e a alterar mais respostas após o *feedback* negativo (Dukala & Polczyk, 2013).

Concluindo, a sugestionabilidade interrogativa representa uma vulnerabilidade, pois coloca os indivíduos interrogados em desvantagem quanto à capacidade de fornecer respostas precisas, detalhadas e coerentes às perguntas, bem como quanto à forma como lidam com a pressão interrogativa.

1.4. Escalas de Sugestionabilidade de Gudjonsson

No contexto forense surgiu a necessidade de instrumentos que permitissem avaliar, de forma fidedigna, a sugestionabilidade interrogativa. Em 1984, com o objetivo de medir as diferenças individuais existentes nos dois tipos de sugestionabilidade interrogativa contempladas no modelo de Gudjonsson e Clark (1986), Gudjonsson desenvolveu a primeira Escala de Sugestionabilidade: a GSS1. Mais tarde, em 1987, construiu a sua versão paralela: a GSS2 (Gudjonsson, 1987, 1997).

A GSS1 e a GSS2 são idênticas em termos de administração, critérios de cotação, natureza da evocação livre da narrativa e questionamento (Gudjonsson, 2003). Como foi demonstrado que a natureza dos estímulos da narrativa não influenciava a sugestionabilidade interrogativa (Grisso, 1986 como citado em Gudjonsson, 2003), as escalas apenas diferem no conteúdo semântico do material. Concretamente, a GSS-1 inclui conteúdo do foro criminal, sendo a

história apresentada sobre um roubo e na GSS-2 o conteúdo é considerado neutro e refere-se a um episódio em que um casal socorre um rapaz de um incidente de bicicleta (Gudjonsson 2003). As normas obtidas para ambas as formas paralelas da GSS são muito semelhantes e, como tal, a sua utilização pode ser intercambiável (Gudjonsson, 2003).

Estas escalas foram concebidas para identificar o grau de vulnerabilidade à sugestionabilidade interrogativa dos indivíduos. Tem ainda como objetivo, ajudar a avaliar a fiabilidade das confissões (Bain & Baxter, 2000) e identificar os indivíduos suscetíveis de prestar testemunhos erróneos, que requerem maiores cuidados durante o interrogatório (Gudjonsson, 2003).

Ambas as escalas são apresentadas ao indivíduo como um teste de memória e, além de avaliarem os dois tipos principais de sugestionabilidade interrogativa (cedência e alteração), possuem também medidas relativas à memória (confabulação e evocações imediata e diferida). A cedência corresponde à tendência para aquiescer perante questões sugestivas e a alteração indica a influência da pressão interrogativa, exercida sob a forma de *feedback* negativo e questionamento repetido (Gudjonsson, 1997).

A aplicação usual da GSS consiste na leitura de uma história fictícia, composta por 40 ideias. Esta deve ser transmitida através de uma gravação, para reduzir a possibilidade de interferência de algumas variáveis difíceis de controlar (e.g., consistência do ritmo de leitura) (Gudjonsson, 1997). De seguida, é solicitado ao sujeito que mencione tudo o que se recorda sobre a história (evocação livre imediata). Segue-se um intervalo de 50 minutos onde se podem realizar tarefas distrativas, porém este momento tem sido comumente utilizado para aplicação de outros instrumentos que permitem analisar a influência de outras variáveis, nomeadamente características de personalidade e/ou capacidades cognitivas. Após este intervalo, segue-se um segundo momento de evocação (evocação livre diferida). Ambos os momentos de evocação fornecem dados sobre a medida de confabulação (inclui a fabricação e a distorção), que se refere a problemas no processamento da informação mnésica, caracterizados pelo preenchimento de lacunas com dados provenientes da imaginação, que o sujeito acredita serem verdadeiros (Gudjonsson, 2003). Segue-se uma tarefa de inquirição com 20 questões sobre a história ouvida, sendo 15 sugestivas (5 do tipo afirmativas, 5 direcionadas e 5 com alternativas falsas; ver adiante) e 5 não sugestivas, com o objetivo de avaliar em que medida os sujeitos aceitam a informação sugerida (Drake et al., 2008). No final do primeiro momento de inquirição, o avaliador comunica um *feedback* negativo,

de forma firme e uniforme, mas não severa, dizendo “Cometeu alguns erros. É necessário responder às questões novamente, e desta vez tente responder corretamente”. O *feedback* negativo serve para exercer pressão interrogativa e verificar a suscetibilidade do sujeito a tal pressão. Por último, segue-se um segundo momento de inquirição, onde o sujeito responde novamente às mesmas 20 questões. Como resultado da pressão interrogativa exercida através do *feedback* negativo, o sujeito pode alterar alguma(s) das respostas dadas anteriormente, sendo que, o número de respostas alteradas do primeiro para o segundo questionamento corresponde à medida de alteração.

Existe uma versão reduzida da GSS que exclui o intervalo de 50 minutos entre as evocações, passando a existir apenas um momento de evocação, a evocação imediata. Investigações revelaram que, no caso de não existir este intervalo, os resultados obtidos não são afetados de forma significativa (Gudjonsson, 1997; Smeets, Leppink, Jelicic & Merckelbach, 2007).

Ambas as escalas permitem avaliar uma série de medidas relevantes para a sugestionabilidade interrogativa, tais como: Evocação Imediata; Evocação Diferida; Confabulação; Fabricações; Distorções; Cedência 1; Cedência 2; Alteração. A evocação imediata é a soma de cada unidade da narrativa evocada corretamente logo após a audição da história e a evocação diferida é realizada após 50 minutos. A cotação máxima é de 40 pontos (Gudjonsson, 1997). A confabulação acontece quando o sujeito preenche lacunas na sua recordação com algo que acredita ser verdade, adicionando informação à história (fabricação) ou fazendo alterações significativas no seu conteúdo (distorção) (Gudjonsson, 2003). A cedência 1 corresponde ao número de questões sugestivas perante as quais o sujeito cede no primeiro questionamento. A cedência 2 representa o número de questões a que cede depois do *feedback* negativo. A cotação é semelhante em ambas, sendo atribuído 1 ponto por cada questão sugestiva a que o sujeito cede, num total máximo de 15 pontos. A alteração corresponde ao número de respostas que mudam do primeiro para o segundo questionamento. Neste caso, a pontuação máxima é 20, pois são comparadas as respostas a todas as questões, sugestivas e não sugestivas.

Por último, existe um indicador global de sugestionabilidade do sujeito, a sugestionabilidade total, que é obtido através da soma dos resultados da cedência 1 e da alteração, correspondendo a um valor máximo de 35 pontos.

Os resultados obtidos com a versão portuguesa da GSS-2 (Pires, 2011) evidenciam boa consistência interna (cedência 1: .65; cedência 2: .82; alteração: .67), os quais vão ao encontro dos valores obtidos por Gudjonsson (1997) na

versão original. No que diz respeito à estabilidade temporal, na versão portuguesa da GSS, obtiveram-se correlações significativas em todas as medidas (cedência 1: .39; cedência 2: .46; sugestionabilidade total: .32), exceto na medida de alteração (Pires, Silva & Ferreira, 2013; Pires, Silva & Ferreira, 2014). Os estudos fatoriais com a GSS permitiram distinguir dois fatores que correspondem às escalas de cedência e de alteração, o que está de acordo com as duas formas de sugestionabilidade diferenciadas por Gudjonsson (1984).

Em termos de investigação, a GSS possibilitou uma melhor compreensão da sugestionabilidade interrogativa, ao viabilizar a realização de estudos sobre a influência de diversas variáveis. Alguns estudos têm também tentado analisar a possível capacidade preditiva de várias características de personalidade e das capacidades cognitivas na criação de falsas memórias (Gudjonsson, 2003).

1.5. Sugestionabilidade Interrogativa e Neuroticismo

O neuroticismo é um traço de personalidade que, quando elevado, tende a refletir uma tendência para experienciar sentimentos negativos (e.g., culpa, ansiedade, depressão, timidez, instabilidade emocional, baixa autoestima e irritabilidade), bem como percepções negativas das situações (Costa & McCrae, 1992, 1999). McGroaty e Thomson (2013) verificaram que os estados emocionais negativos estão correlacionados com a sugestionabilidade interrogativa.

Os reclusos, população alvo do presente estudo, experienciam emoções negativas associadas à reclusão que podem potenciar um aumento do neuroticismo (Bukstel & Killmann, 1980 como citado em Penajoia, Pinho & Dias, 2015), o que pode contribuir para um espírito (*mindset*) pessimista e interpretações mais negativas das situações, podendo tornar estes indivíduos menos resilientes ao *stress* e mais sensíveis à pressão interrogativa e ao *feedback* negativo (Gudjonsson & Clark, 1986 como citado em Drake, 2010b).

Gudjonsson (1983) encontrou correlações moderadamente positivas entre a sugestionabilidade interrogativa e o neuroticismo. Mais tarde, Gudjonsson (2003) sugere que existe uma fraca, mas significativa, correlação entre sugestionabilidade total e neuroticismo. Drake (2010a) também encontrou uma correlação positiva entre o neuroticismo e a medida de alteração, mas não com as medidas de cedência. Porém, outros estudos não registaram qualquer relação entre estes constructos (Haraldsson 1985; Penajoia et al., 2015; Pires et al., 2013; Polczyk 2005).

1.6. Sugestionabilidade Interrogativa e Desejabilidade Social

A desejabilidade social é a propensão do indivíduo para rejeitar a presença de atitudes e/ou comportamentos socialmente indesejáveis e atribuir, a si mesmo, atitudes e/ou comportamentos socialmente desejáveis, tentando assim passar uma imagem de si mais positiva (Almiro, Almeida, Ferraz, Ferreira, Perdiz, Dias, Gonçalves, Sousa & Simões, 2017).

A investigação tem identificado uma correlação positiva entre a sugestionabilidade interrogativa e a desejabilidade social (Gudjonsson, 1983, 2003; Penajoia, 2012; Penajoia et al., 2015). No entanto, esta correlação é tendencialmente baixa e nem sempre significativa podendo, por vezes, não ser encontrada¹ (Gudjonsson, 2003).

Alguns estudos têm apontado que os reclusos tendem a apresentar maiores níveis de desejabilidade social, pois procuram apresentar uma imagem de si mais positiva (e.g., de bom-comportamento), com o objetivo de obter benefícios na prisão (Davis, Thake, & Weekes, 2012; Penajoia et al., 2015). Assim, assume-se que, os reclusos deverão ser mais suscetíveis à sugestionabilidade e ao efeito do *feedback* negativo (Penajoia et al., 2015).

2. Confiança Subjetiva

A confiança refere-se à estimativa subjetiva da exatidão do que a pessoa se recorda (Roebbers, 2002) e, por isso, é de supor que existam diferenças individuais. Neste sentido, Cattell (1895) identificou que, na avaliação do grau de confiança, em respostas semelhantes, alguns sujeitos têm quase sempre a certeza de que estão certos, enquanto outros são muito menos confiantes. Na verdade, isto acontece porque algumas pessoas acreditam que têm boa capacidade de memória e outras acreditam ter “má” memória (Woodhead & Baddeley, 1981 como citado em Leippe, Eisenstadt & Rauch, 2009). Olsson e Juslin (1999 como citado em Leippe et al., 2009) referem que estas crenças se relacionam com o nível de confiança reportado pela testemunha.

Vários autores têm apontado que os juízos de confiança são principalmente baseados em subprodutos do processo de recuperação de memória, tais como: a quantidade e intensidade da informação recuperada (e.g., Koriat, 1993 como citado em Luna & Martín-Luengo, 2012), a fluência da recuperação (e.g., Hertzog, Dunlosky, Robinson & Kidder, 2003 como citado em Luna & Martín-Luengo, 2012), nitidez ou integridade da memória (e.g.,

¹ Por exemplo, Polczyk (2005) encontrou uma correlação positiva entre a medida de alteração da GSS-1 e a desejabilidade social, porém tal não se verificou com a GSS-2.

Brewer Sampaio, & Barlow, 2005 como citado em Luna & Martín-Luengo, 2012) ou a latência na resposta (e.g., Weber & Brewer, 2006 como citado em Luna & Martín-Luengo, 2012).

Leippe et al. (2009) explicaram os processos de julgamento de confiança e os fatores subjetivos que os afetam usando o *Cue-Belief-Model*. De acordo com este modelo, o julgamento de confiança é um produto de dois processos de decisão. No primeiro, percebemos a familiaridade do traço de memória induzido por um estímulo. O segundo processo envolve determinar um critério de probabilidade para aceitar o estímulo como familiar. Os indivíduos fazem inferências sobre a probabilidade de exatidão das suas memórias e produzem um julgamento de confiança sobre estas, a partir de pistas que provêm de três tipos fontes: os seus processos mentais, as suas crenças, e a situação testemunhada e de teste. A partir destas fontes surgem as pistas *intrinsic*, *self-credibility* e *extrinsic*, respetivamente. As pistas intrínsecas (*intrinsic cues*) envolvem informação que as pessoas associam a boa ou má memória (Shaw, 1996 como citado em Leippe et al., 2009) e são experienciadas enquanto as memórias estão a ser recuperadas, levando a inferências sobre essas, através de um processo de auto percepção. Estas pistas incluem a velocidade de recuperação, a fluência ou facilidade de recuperação e a quantidade espontânea de recuperação. Em geral, quanto mais rápida, fácil ou rica a recuperação mnésica, maior a exatidão assumida e maior a confiança. As pistas de auto credibilidade (*self-credibility cues*) provêm das crenças da pessoa acerca da quantidade, qualidade e da sua capacidade de memória. Por último, as pistas extrínsecas (*extrinsic cues*) são fatores relacionados com a situação testemunhada (e.g., presenciar a uma grande distância) e a situação de teste (e.g., instruções do alinhamento policial). Em ambas as situações, as pistas podem de origem interna (i.e., qualquer fator que os indivíduos assumam que possa ajudar/piorar a memória) e de origem externa (e.g., *feedback* do entrevistador). As pistas extrínsecas na situação de teste incluem pistas sobre a facilidade/dificuldade da tarefa de memória.

A confiança da testemunha durante o processo de identificação num alinhamento policial, não se baseia apenas na sua experiência interna. Existem também fatores externos que intervêm após o processo de identificação e que têm influência na confiança reportada pela testemunha, nomeadamente, o *feedback* pós identificação (Wells & Bradfield, 1998 como citado em Charman, Carlucci, Vallano & Gregory, 2010). De acordo com a *Selective Cue Integration Framework* (SCIF) de Charman et al. (2010), quando é pedido à

testemunha que reporte o seu grau de confiança, esta acede, retrospectivamente, às suas pistas internas de exatidão (*assessment stage*). Quando estas são fracas, as testemunhas são forçadas a procurar pistas externas de exatidão e, assim, a confiança pode ser afetada por informações apresentadas subsequentemente. No entanto, a procura por pistas externas é, de certa forma, seletiva porque as testemunhas, ao se comprometerem com uma identificação, acreditam que esta é correta e tentarão manter e justificar essa decisão (*search stage*). As pistas externas que suportem a sua identificação são submetidas a uma verificação de credibilidade (*evaluation stage*) e, no caso de não existirem informações que afetem a sua credibilidade, são integradas na sua avaliação de confiança. Assim, ocorre também uma integração de informação seletiva que leva a que as testemunhas sejam mais confiantes da exatidão do reconhecimento após receberem um *feedback* confirmatório (i.e., afirmações que sugerem que a identificação está correta).

2.1. Impacto do questionamento na confiança reportada pela testemunha

Em manuais de instruções para a condução de um interrogatório criminal de forma bem-sucedida (Gudjonsson, 1992, 2003), é recomendada a utilização de pressão e manipulação como essenciais para obter a “verdade” por parte do interrogado (e.g., Inbau, Reid & Buckley, 1986 como citado em Forrester, McMahan, & Greenwood, 2001) e o que muda entre os diversos manuais é a intensidade considerada necessária para alcançar este objetivo (Gudjonsson, 2003). George e Clifford (1992) e Henkel e Mather (2007) apontam também para a utilização de questões sugestivas como indispensáveis para que a testemunha se recorde de factos relevantes (Simon, 2012). Gudjonsson (2003) afirma que, em determinados sujeitos, a manipulação utilizada em interrogatórios pode gerar falsas confissões e/ou potenciar a introdução de novas informações na sua memória (Zimbardo, 1967 como citado em Gudjonsson, 2003).

A investigação tem evidenciado que a forma como as testemunhas são interrogadas influencia a quantidade e qualidade da informação recolhida (e.g., Ribeiro, Almeida & Fernandes, 2021). Em particular, as questões de alternativas fechadas (i.e., resposta sim/não ou escolha entre duas opções) são as que mais geram erros e inconsistências nos relatos da testemunha porque apenas requisitam, por parte desta, uma confirmação, rejeição ou escolha entre duas opções (Sharman & Powell, 2012). As testemunhas sentem-se pressionadas a dar uma resposta a questões com este formato, mesmo quando

não estão seguras da sua resposta, podendo até acabar por se contradizer (Andrews, Lamb & Lyon, 2015 como citado em Ribeiro et al., 2021) ou responder sem refletir adequadamente (Ahern, Lyon & Quas, 2011 como citado em Ribeiro et al., 2021). Contudo, este tipo de questão é frequentemente utilizado em interrogatórios policiais (e.g., Fisher & Geiselman, 1992 como citado em Simon, 2012).

Foi também observado que a forma como cada questão é formulada influencia a resposta do interrogado e, também, a sua memória acerca do evento presenciado (Loftus, 1975). Por exemplo, na pergunta “quão baixo é o jogador de basquetebol?”, a palavra “baixo” envolve uma premissa, não necessariamente errada, que indica que o jogador é baixo, o que levou os participantes a responder uma altura significativamente inferior, comparativamente, quando a questão incluiu a palavra “alto” (Harris, 1973 como citado em Loftus, 1975). Este impacto também foi verificado em questões relativas a experiências pessoais passadas e eventos testemunhados recentemente (Loftus & Zanni, 1975 como citado em Loftus, 1975). Este efeito é amplificado quando as questões são construídas com “viu o...?”, comparativamente a “viu algum...”. A primeira transmite a ideia que o objeto mencionado na questão estaria presente e que este apenas não o viu (Loftus & Zanni, 1975 como citado em Loftus, 1975) e, assim, o sujeito tende a reportar ter visto o objeto apesar de este não estar presente.

No que diz respeito à confiança, na ausência de influência de informações sugestivas, parece ser um bom indicador de exatidão da informação (Roebbers, 2002). No entanto, Loftus (2005) e Wade, Nash e Lindsay (2018) mencionam que a memória, mesmo nesse caso, pode sofrer distorções naturais que resultam do seu normal funcionamento (e.g., esquecimento) e/ou de características relacionadas com o próprio indivíduo (e.g., as suas expectativas). O “adivinhar” pode preencher as lacunas na memória com muitos detalhes que tendem a aumentar cada vez que o evento é recordado e, assim, reforçam a confiança do sujeito e reduzem o número de respostas “não sei” (Landsman, & Loftus, 1978 como citado em Balgrove & Akehurst, 2000).

A confiança da pessoa na sua memória é muito flexível e pode ser diminuída durante um interrogatório exigente (Saucier & Gaudette, 2000 como citado em Gudjonsson, 2003; Wixted, Mickes & Fisher, 2018 como citado em Wade et al., 2018). As pessoas que não acreditam na sua memória são particularmente suscetíveis a aceitar informações sugestivas (Van Bergen, Horselenberg, Merckelbach, Jelicic, & Beckers, 2010 como citado em

Gudjonsson, 2018). De facto, Szpitalak e Polczyk (2016) observaram que a indução de autoconfiança na sua memória reduz a sugestibilidade. No entanto, há sempre algum detalhe de que os suspeitos não se recordam e, durante o interrogatório, os investigadores confrontam as imprecisões do álibi, desafiando a memória (Gudjonsson, 2003, 2018) e a confiança dos sujeitos sobre o conhecimento do episódio em averiguação, podendo, assim, aumentar a sua vulnerabilidade à sugestibilidade (Gudjonsson, 2018).

Em determinados casos, o interrogador pode tentar obter um relato sobre eventos que a testemunha não se recorda, não viu ou que não aconteceram (Chrobak, Rindal, & Zaragoza, 2015). Desta forma, o entrevistador pressiona a testemunha a ir além da sua recordação, o que a pode levar a fazer “suposições” sobre o que poderá ter acontecido ou a fabricar novas informações sobre eventos que, na verdade, nunca aconteceram (Chrobak et al., 2015). Encorajar os indivíduos a imaginar os eventos (Garry, Manning, Loftus, & Sherman, 1996 como citado em Simon, 2012; Goff & Roediger, 1998 como citado em Balgrove & Akehurst, 2000) ou incitar a um “esforço maior” para que estes se recordem (Shaw & Zerr, 2003 como citado em Simon, 2012) resulta em níveis mais elevados de confiança relativamente às falsas memórias.

As distorções na memória são, então, agravadas quando as pessoas são expostas a informações erradas (i.e., sugestivas). A investigação relativa à sugestibilidade interrogativa aponta que as questões sugestivas, por conterem “premissas” falsas, podem alterar a memória que o sujeito interrogado tem acerca do evento original, desde que este aceite as sugestões e as incorpore na sua memória (Gudjonsson, 1987; Simon, 2012). Nestas circunstâncias, a confiança da pessoa na sua memória não deve ser considerada um bom preditor de exatidão da informação recordada (Bowles & Sharman, 2014; Cattell, 1895; Tomes & Katz, 2000; Wade et al, 2018), principalmente, porque as testemunhas são alvo de várias inquirições e, geralmente, sujeitas a informações sugestivas (Balgrove & Akehurst, 2000; Kebbell & Johnson, 2000).

Vários estudos têm também indicado que o questionamento repetido pode aumentar a confiança da testemunha, mas não a exatidão do seu relato (e.g., Balgrove & Akehurst, 2000; Sarwar, Allwood & Innes-Ker, 2014; Shaw, 1996 como citado em Simon, 2012), sendo que a maioria das testemunhas tende a reportar informação inconsistente e/ou contraditória (Fisher & Cutler, 1995 como citado em Henkel, 2016), adicionando informações incorretas e/ou esquecendo/alterando detalhes (Henkel, 2014 como citado em Henkel, 2016). Esta situação é agravada quando as questões contêm premissas falsas porque

influenciam a testemunha a reportar, em questionamentos posteriores, a informação sugerida (Loftus, 1975). Por exemplo, ao ser colocada a questão “quão rápido ia o carro quando passou o sinal de stop?” (sendo o sinal original o de cedência de passagem), é espectável que esta influencie a resposta à questão posterior “viu o sinal de stop?” (Loftus, 1975). A repetição tem, então, a particularidade de tornar as sugestões mais “familiares” (Zaragoza & Mitchell, 1996 como citado em Simon, 2012), o que pode, por sua vez, aumentar a confiança subjetiva da testemunha de que essa informação está correta (Sarwar et al., 2014). Por outro lado, a repetição de questões também pode ser interpretada pela testemunha como um sinal de que lhe estão a pedir um tipo de resposta diferente e fazer com que ela ceda dando a resposta desejada. Nestes casos, a repetição de questões, faz com que a testemunha mude o seu relato, sem que a sua memória sobre o acontecimento se altere (Fisher, 1995 como citado em Simon, 2012).

Por último, Allwood, Knutsson e Granhag (2006) reforçam a ideia de que as testemunhas atribuem, tendencialmente, valores mais elevados de confiança (i.e., sobreconfiança) relativamente à exatidão das suas memórias especialmente quando recebem *feedback* confirmatório (i.e., é-lhes dito que as suas respostas estão corretas). O que sugere que as testemunhas estão mais propensas a ser afetadas por *feedback* confirmatório do que por *feedback* infirmativo (i.e., ser-lhes dito que as suas respostas estão incorretas), o que vai ao encontro dos estudos realizados no contexto da identificação num alinhamento policial (Charman et al., 2010).

O *feedback* negativo pode também levar a um aumento de alteração de respostas (Bain & Baxter, 2000; Gudjonsson, 2003), mesmo na ausência de um questionamento sugestivo (McGroarty & Baxter, 2007, 2009 como citado em Henkel, 2016). No entanto, pouco se sabe sobre o possível efeito do *feedback* negativo na confiança subjetiva reportada pela testemunha nas respostas às questões da GSS. Como será abordado de seguida, geralmente, o *feedback* negativo não influencia a média de confiança das respostas às questões da GSS (Balgrove e Akehurst, 2000). Porém, Rijn et al. (2017) verificaram um aumento de confiança nas respostas a questões não sugestivas e nas respostas a questões sugestivas com cedência à sugestão, efeito que também foi observado no estudo de Balgrove e Akehurst (2000) quando os sujeitos não alteraram as suas respostas. Assim, o *feedback* negativo pode aumentar a sugestibilidade interrogativa e a confiança reportada pela testemunha, levando a uma diminuição da relação entre confiança e exatidão (Balgrove & Akehurst, 2000).

Concluindo, é importante compreender de que forma o *feedback* negativo, o tipo de questões e o tipo de questionamento utilizado para obter o relato da testemunha podem interferir com a confiança subjetiva reportada, tendo em conta que esta tem um forte impacto na forma como a testemunha pode ser percebida pelos intervenientes no sistema legal (i.e., confiável e/ou desonesta) (Henkel, 2016).

2.2. Tipo de questões da GSS-2 e sua relação com a confiança subjetiva

Tal como referido anteriormente, a GSS inclui 15 questões sugestivas e 5 não sugestivas. Gudjonsson (1997) identifica as questões sugestivas da GSS como pertencendo a três tipos: afirmativas, direcionadas e com alternativas falsas. As questões afirmativas não apresentam premissas salientes ou desencadeiam quaisquer expectativas, mas podem gerar dúvida, levando o indivíduo a transigir perante a sugestão. As questões direcionadas incluem, pelo menos, uma premissa que aumenta a possibilidade de uma determinada resposta. As questões com alternativas falsas incluem duas alternativas fechadas, ambas erradas. No entanto, apesar de Gudjonsson (1997) mencionar a existência de três tipos de questões sugestivas, não distinguiu as questões afirmativas e direcionadas na GSS porque considera essa distinção “arbitrária ou de valor limitado” (p. 8). Assim, Gudjonsson (1997) apenas identificou as questões com alternativas falsas (questões n.º 2, 6, 12, 15 e 19) e as não sugestivas (questões n.º 1, 5, 9, 13 e 17). Recentemente, Oliveira (2020) considerou as questões direcionadas de Gudjonsson (1997) na GSS-1 como semelhantes às questões com expectativas implícitas de Endres (1997) e propôs a seguinte divisão: as questões n.º 4, 7, 10, 14 e 16 seriam afirmativas e as questões n.º 3, 8, 11, 18 e 20 seriam direcionadas. Nesta investigação, como foi utilizada a GSS-2, considerou-se que as questões afirmativas dizem respeito às questões n.º 4, 7, 10, 14 e 20 e as questões direcionadas às questões n.º 3, 8, 11, 16 e 18.

Segundo Gudjonsson (2003), a técnica de interrogatório mais tendenciosa é a escolha entre duas opções incriminatórias a que correspondem as questões com alternativas falsas presentes na GSS. Oliveira (2020) também identificou este tipo de questão como o mais sugestivo. Tal acontece porque, para responder de forma correta, o interrogado tem de rejeitar expressamente ambas as opções e, muitas vezes, opta por escolher uma delas (Endres, 1997). Além disso, Oliveira (2020) verificou também que o *feedback* negativo intensifica a

aceitação das sugestões em todos os tipos de questões sugestivas, especialmente, nas questões direcionadas.

Quanto à avaliação da confiança nas respostas dadas à GSS, poucos estudos foram realizados. Gudjonsson (1983) fez a primeira investigação com este propósito e verificou que a avaliação de confiança se correlaciona negativamente com as medidas de cedência. Rijn et al. (2017) verificaram que, para as questões não sugestivas e para as questões sugestivas respondidas com cedência à sugestão, os participantes eram significativamente mais confiantes das suas respostas depois do *feedback* negativo. Por último, Balgrove e Akehurst (2000) verificaram que, em ambas as versões da GSS, nas respostas às questões não sugestivas, o nível de confiança dependia da resposta dada e nas questões sugestivas, a confiança nas respostas era significativamente superior quando foram respondidas sem cedência à sugestão. Se, após o *feedback* negativo, os sujeitos não alteraram a sua resposta, a média de confiança pré e pós *feedback* era praticamente idêntica. No entanto, os autores encontraram um aumento dos níveis de confiança para as respostas corretas às questões não sugestivas e para as respostas às questões sugestivas com cedência à sugestão. Quando, após o *feedback* negativo, os sujeitos alteraram as respostas tendo inicialmente respondido sem ceder à sugestão verificou-se uma diminuição significativa da confiança nas respostas de cedência à sugestão, e quando, inicialmente, cederam à sugestão, registou-se um aumento nos níveis de confiança nas respostas de não cedência à sugestão. Balgrove e Akehurst (2000) concluíram que o questionamento repetido aumenta a confiança nas respostas às questões sugestivas com cedência à sugestão. Assim, o *feedback* negativo aumentou a sugestionabilidade, o que levou a uma diminuição da relação entre confiança e exatidão.

Ao que se conhece, não existem ainda estudos publicados relativamente à possível variação da confiança nas respostas atendendo aos diferentes tipos de questões da GSS (i.e., não sugestivas, afirmativas, direcionadas e com alternativas falsas). Este estudo, com reclusos, pretendeu explorar esta relação.

2.3. Impacto da confiança na confiabilidade do relato da testemunha

Segundo Simon (2012), existem várias “pistas” que, quando presentes, indicam que o testemunho é exato e confiável, sendo estas: a riqueza de detalhes, a consistência dos relatos de memória e o nível de confiança da testemunha. De facto, a confiança da testemunha tem sido identificada como o fator mais influente na avaliação da exatidão do seu relato (Boyce, Beaudry, &

Lindsay, 2007 como citado em Sarwar et al., 2014) e os estudos sobre a credibilidade de testemunhas revelam que os relatos com níveis maiores de confiança são, geralmente, vistos como mais confiáveis (Kebbell et al., 1996 como citado em Balgrove & Akehurst, 2000; Sauer et al., 2017 como citado em Iida et al., 2019). Considera-se que, quando uma testemunha refere baixa confiança, indica uma probabilidade elevada de erro e, quando uma testemunha indica elevada confiança, essa informação é provavelmente correta, desde que a memória não esteja “contaminada” e que os procedimentos de interrogatório utilizados tenham sido adequados (Wixted et al., 2018 como citado em Wade et al., 2018; Wixted & Wells, 2017).

Apesar de ser dada grande importância à confiança da testemunha como indicador de exatidão (Gous & Wheatcroft, 2020; Leippe, Manion & Romanczyk, 1992 como citado em Kebbell & Johnson, 2000), a maioria dos estudos assinala que a confiança não é um preditor fiável de exatidão (Bowles & Sharman, 2014; Cattell, 1895; Tomes & Katz, 2000; Wade et al., 2018). Cattell (1895) destacou, inclusive, que a exatidão e a confiança podem variar em sentido inverso. Outros estudos também têm registado que os sujeitos atribuem, tendencialmente, valores mais elevados de confiança (i.e., sobreconfiança) relativamente à exatidão das suas próprias memórias (Simon, 2012; Roebbers, 2002;) e, mesmo quando incorretas, estas podem apresentar o nível de confiança máximo (Tomes & Katz, 2000).

Por outro lado, os estudos de Loftus et al. (1978), Malpass e Devine (1981) e Ryan e Geiselman (1991) destacaram que a exatidão está, geralmente, correlacionada com a confiança, exceto em condições de questionamento sugestivo, sendo que os participantes com desempenhos incorretos foram os que apresentaram maiores níveis de confiança (Balgrove & Akehurst, 2000). Tal pode dever-se às técnicas de questionamento sugestivo, que geram incerteza, e a testemunha deixa de conseguir aplicar um nível de confiança adequado ao seu relato (Kebbell & Johnson, 2000). Embora as questões sugestivas diminuam a exatidão do relato das testemunhas, são vistas na profissão forense como uma possível prova de que uma testemunha é desonesta e/ou não confiável (Wheatcroft, 2017 como citado em Gous & Wheatcroft, 2020). São também frequentemente utilizadas, principalmente, em tribunal, questões com vocabulário difícil, gíria legal e/ou frases complexas que se tornam difíceis de processar, que deixam a testemunha confusa (Perry, McAuliff, Tam, Claycomb, Dostal, & Flanagan, 1995 como citado em Kebbell & Johnson, 2000). A confusão da testemunha pode resultar na redução da confiança entre esta e o

interrogador, podendo encorajar uma resposta comportamental resistente. Nesta situação, a testemunha pode reagir aumentando a sua autoconfiança, mesmo quando a complexidade das questões leva a uma redução da exatidão do relato, algo que se verificou no estudo de Kebbell e Johnson (2000). Pode ser um erro grave quando a exatidão do relato decresce, mas a testemunha está mais confiante das suas respostas incorretas (Kebbell, & Johnson, 2000).

Concluindo, há que ser mais cauteloso ao considerar uma testemunha confiante como uma testemunha credível (Iida et al., 2019; Wells, Ferguson, & Lindsay, 1981 como citado em Ost, Ghonouie, Cook & Vrij, 2008).

II - Objetivos

Os objetivos principais deste estudo consistem em verificar se os tipos de questões sugestivas da GSS-2 (representativos das perguntas em interrogatório) interferem, de forma significativa, na confiança subjetiva das respostas dadas por reclusos e analisar a relação de diferenças individuais com a sugestionabilidade interrogativa.

Especificamente pretende-se: (i) averiguar a variação da confiança nas respostas dadas à GSS-2 quando se comparam as respostas às perguntas não sugestivas com as respostas às perguntas afirmativas, com as respostas às perguntas direcionadas e com as respostas às perguntas com alternativas falsas; (ii) examinar se a variação da confiança na comparação entre as respostas a perguntas não sugestivas, afirmativas, direcionadas ou com alternativas falsas, é influenciada pelo *feedback* negativo; (iii) conhecer a relação entre os indicadores de sugestionabilidade interrogativa fornecidos pela GSS-2 (cedência 1, cedência 2, alteração e sugestionabilidade total) e os níveis de neuroticismo e desejabilidade social.

Neste estudo, assume-se que as questões não sugestivas seriam respondidas com maior nível de confiança comparativamente às questões sugestivas. As questões afirmativas assumem-se estar associadas a menor grau de confiança porque na definição de Gudjonsson (1997), estas podem gerar “dúvida” no sujeito. As questões com alternativas falsas deverão estar associadas a maior grau de confiança porque, ao conterem duas alternativas de resposta, podem levar o sujeito a supor que uma das opções está correta. Oliveira (2020) também identificou este tipo de questão como o mais sugestivo e, se os sujeitos não souberem a resposta correta, é provável que selecionem uma das opções e lhe atribuam um nível de confiança elevado. Por outro lado, se souberem a resposta correta, apenas irão contradizer o interrogador, se tiverem um elevado grau de

confiança na sua resposta. Também as questões direcionadas deverão estar associadas a níveis de confiança elevados porque, de acordo com Oliveira (2020), estas veiculam “sugestões prováveis e/ou lógicas” (p. 29).

Em sequência dos objetivos mencionados foram colocadas as seguintes hipóteses:

H.1. A média da confiança nas respostas dadas à GSS-2 varia consoante o tipo de questões (não sugestivas, afirmativas, direcionadas e com alternativas falsas):

H.1.1. A média da confiança nas respostas às questões não sugestivas é superior às médias de confiança nas respostas às questões sugestivas (afirmativas, direcionadas e com alternativas falsas).

H.1.2. No que diz respeito às questões sugestivas, a média da confiança nas respostas às questões afirmativas é inferior comparativamente às médias da confiança nas respostas às questões direcionadas e às questões com alternativas falsas.

H.1.3. No que diz respeito às questões sugestivas, a média da confiança nas respostas às questões com alternativas falsas é superior comparativamente à média da confiança nas respostas às questões direcionadas.

H.2. A média da confiança nas respostas às perguntas não sugestivas, afirmativas, direcionadas e com alternativas é superior após o *feedback* negativo (segundo momento de questionamento) do que antes de ser comunicado este tipo de *feedback* (primeiro momento de questionamento).

H.3. A desejabilidade social está correlacionada significativa e positivamente com as medidas de sugestionabilidade interrogativa (cedência 1 e 2, alteração e sugestionabilidade total).

H.4. O neuroticismo está correlacionado significativa e positivamente com as medidas de sugestionabilidade interrogativa (cedência 1 e 2, alteração e sugestionabilidade total).

III - Método

1. Amostra

A amostra de conveniência deste estudo abrangeu a participação de 79 reclusos do sexo masculino de um estabelecimento prisional, com idades compreendidas entre os 18 e os 24 anos ($M = 20.59$; $DP = 1.57$). Todos os participantes tinham, pelo menos, o 9º ano de escolaridade, sendo este o nível de escolaridade mais prevalente nesta amostra (58.2%), seguindo-se o 12º ano

com (29.1%). Três dos participantes são de nacionalidades não portuguesas (ucraniana, guineense e são tomense), no entanto, como têm um bom domínio da língua Portuguesa, foram incluídos neste estudo.

Relativamente ao contacto com o sistema legal, a média da idade da primeira prisão é de 19 anos ($M = 18.80$; $DP = 1.39$) e a maioria dos participantes já está condenado (63.3%) e tem antecedentes criminais na família (55.7%). Uma minoria esteve, anteriormente, em centros e educativos (15.2%) e são reincidentes (11.4%).

Na Tabela 1 encontra-se a caracterização sociodemográfica dos participantes deste estudo.

Tabela 1

Características Sociodemográficas

	N	Percentagem	Média	DP
Idade	79		20.59	1.57
Escolaridade				
9º ano	46	58.2		
10º ano	6	7.6		
11º ano	4	5.1		
12º ano	23	29.1		
Nacionalidade				
Portuguesa	76	96.2		
Outra	3	3.8		
Situação Jurídica				
Preventivos	29	36.7		
Condenados	50	63.3		
Idade aquando 1ª prisão			18.8	1.39
Centro Educativo	12	15.2		
Reincidentes	9	11.4		
Antecedentes Familiares	44	55.7		

No total de 79 participantes, as tipologias de crime mais frequentes são os crimes contra o património (65.8%), seguindo-se os crimes contra pessoas (36.7%), os crimes relativos a estupefacientes (21.5%) e os crimes contra o estado (11.4%). As tipologias de crime menos prevalentes correspondem aos

crimes contra a vida em sociedade (3.8%) e outros crimes² (3.8%). É de referir que cada um dos participantes pode apresentar acusações/condenações relativas a mais do que uma tipologia de crime.

Na Tabela 2 podem verificar-se as acusações/condenações por tipologias de crime.

Tabela 2

Acusações/Condenações por Tipologia de Crime

	N	Percentagem
Contra o Património	52	65.8 ^b
Contra Pessoas	29	36.7 ^b
Relativos a Estupefacientes	17	21.5 ^b
Contra o Estado	9	11.4 ^b
Contra a Vida em Sociedade	3	3.8 ^b
Outros crimes	3	3.8 ^b
Total	113 ^a	

^a Total de acusações/condenações relativas aos 79 participantes do estudo

^b Percentagem de indivíduos, no total de 79 participantes, que estão acusados/condenados por crimes desta tipologia

2. Instrumentos utilizados

2.1. Escala de Sugestionabilidade de Gudjonsson 2

Neste estudo, optou-se pela utilização da GSS-2, já descrita anteriormente, por envolver conteúdo de carácter neutro (i.e., não criminal).

Devido à impossibilidade de usar um telemóvel/gravador para reprodução da história, a mesma foi lida, pela autora desta dissertação, a cada participante no momento da aplicação, procurando-se cumprir as exigências descritas no manual. Também é de destacar que não foi incluído o intervalo de 50 minutos após a evocação imediata e, conforme indicado no manual da GSS, procedeu-se à primeira tarefa de inquirição, consequente, comunicação, com firmeza, do *feedback* negativo e, por último, seguiu-se o segundo momento de inquirição.

² Nesta amostra, outros crimes correspondem a crimes de condução sem habilitação legal.

2.2. Escala visual de avaliação da confiança nas respostas dadas (em percentagem)

Na condição experimental (avaliação da confiança nas respostas dadas à GSS-2), utilizou-se uma escala visual de avaliação da confiança com 5 níveis: 0% = *Não tenho qualquer certeza*; 25% = *Tenho pouca certeza*; 50% = *Tenho alguma certeza*; 75% = *Tenho bastante certeza*; 100% = *Tenho muitíssima certeza*. Para cada questão da GSS-2, o participante indica oralmente o seu grau de certeza na resposta dada, em ambos os momentos de questionamento (antes e depois do *feedback* negativo).

2.3. Escala de Desejabilidade Social de 20 itens

A Escala de Desejabilidade Social de 20 itens (EDS-20; Simões, Almiro & Sousa, 2014) foi utilizada para avaliar a desejabilidade social, isto é, a propensão do indivíduo para rejeitar a presença em si próprio de atitudes e/ou comportamentos socialmente indesejáveis e atribuir-se atitudes e/ou comportamentos socialmente desejáveis quando responde a instrumentos de avaliação (Almiro et al., 2017). Assim, os sujeitos distorcem as suas características emocionais e/ou comportamentais que definem a sua personalidade e as suas atitudes, apresentando comportamentos de dissimulação ou de defensividade (Eysenck & Eysenck, 1976 como citado em Almiro et al., 2017). Este instrumento tem estudos de validação para grupos forenses e é composto por 20 itens de resposta dicotómica (Sim/Não), podendo ser aplicado a partir dos 16 anos. Almiro et al. (2017) observou que a versão portuguesa da EDS-20 apresenta um coeficiente de consistência interna elevado (.82), o que revela a boa qualidade psicométrica deste instrumento para avaliar o construto de desejabilidade social na amostra forense.

2.4. Questionário de Personalidade de Eysenck

O Questionário de Personalidade de Eysenck – Forma Revista (EPQ-R; Eysenck, Eysenck & Barrett, 1985; versão portuguesa de Almiro & Simões, 2014) avalia três dimensões da personalidade: psicoticismo (P), através de 9 itens; extroversão (E), com 20 itens; neuroticismo (N), com 23 itens. Inclui também uma subescala de validade: mentira/desejabilidade Social (L) com 18 itens. Pode ser aplicado a sujeitos a partir dos 16 anos e é um inventário de autorresposta composto por 70 itens de resposta dicotómica (Sim/Não), cotadas com 0 ou 1 pontos, conforme vá no sentido da dimensão avaliada (1 ponto) ou no sentido contrário (0 pontos).

A versão portuguesa do EPQ-R (Almiro & Simões, 2014) evidenciou bons coeficientes de consistência interna para as dimensões do neuroticismo, extroversão e mentira/desejabilidade social, sendo estes, respetivamente, .87 e .83 e .78, exceto para a dimensão do psicoticismo (.55). No que diz respeito à estabilidade temporal, Almiro e Simões (2014) obtiveram coeficientes adequados para todas as dimensões (E: .89; N: .86; L: .86; P: .72).

3. Procedimento

Em primeiro lugar, foi contactada a Direção Geral de Reinserção e Serviços Prisionais (DGRSP) no sentido de obter a aprovação para a investigação. Após se obter esta autorização, foram selecionados os reclusos que preenchessem os critérios de inclusão, sendo estes: idades compreendidas entre 18 e 24 anos e com, pelo menos, o 9º ano de escolaridade. Tendo em conta, que os sujeitos com hiperatividade e défice de atenção, geralmente, dão várias respostas "não sei" às questões da GSS, não aparentando, por isso, serem excessivamente sugestivos (Gudjonsson, Young, & Bramham, 2007), nesta amostra, foram excluídos os possíveis participantes com diagnósticos desta condição e/ou que, atualmente, preenchessem critérios para este diagnóstico.

A recolha de dados foi realizada em sessões individuais de aproximadamente 30 a 40 minutos e todos os participantes foram informados de que se tratava de uma investigação no âmbito da memória, em conformidade com o indicado no manual da GSS. Foi referido que os dados recolhidos apenas seriam utilizados para propósitos de investigação e que o anonimato estava garantido. Em caso de dúvidas, estas foram esclarecidas pela autora desta dissertação. Aceitando voluntariamente participar, foi entregue a cada participante o documento de consentimento informado.

Os participantes foram divididos aleatoriamente em dois grupos, sendo estes: condição de controlo (aplicação da GSS-2 conforme descrito no manual; N = 39) e condição experimental (inclusão da avaliação da confiança nas respostas à GSS-2; N = 40).

Inicialmente, foram recolhidos alguns dados relativos à idade, escolaridade, nacionalidade e doença/condição diagnosticada que pudesse afetar a atenção/concentração ou capacidade de memória.

De seguida, iniciou-se a aplicação da GSS-2, administrada na sua forma reduzida (leitura da história, evocação livre imediata e as duas tarefas de inquirição, separadas pelo *feedback* negativo). Diferentemente desta condição de controlo, na condição experimental, o participante, para cada questão da GSS-2,

em ambos os questionamentos, teria de indicar, oralmente, o seu grau de confiança na resposta dada.

Por último, aplicou-se a EDS-20 e a escala de neuroticismo do EPQ-R.

Após a recolha de dados, foi explicado o verdadeiro propósito da investigação, inicialmente apresentado como uma avaliação da memória. Foi também pedido que não partilhassem esta informação com os outros reclusos.

IV – Resultados

Os dados deste estudo foram analisados estatisticamente através do programa *IBM SPSS Statistics 27*.

1.1. Comparação de desempenho entre os grupos

Na Tabela 3 podem observar-se os resultados da análise comparativa, por meio do teste *t* de student³ para amostras independentes, dos dois grupos deste estudo, tendo em conta todas as variáveis consideradas.

Tabela 3.

Comparação das médias entre ambos os grupos

	Grupo		Grupo		<i>t</i>	<i>p</i>
	Controlo		Experimental			
	<i>M</i>	<i>DP</i>	<i>M</i>	<i>DP</i>		
Evocação Imediata	14.41	4.52	14.90	4.30	-.49	.62
Confabulação	1.85	1.23	1.60	1.24	.89	.38
Cedência 1	4.85	2.76	5.75	3.01	-1.39	.17
Cedência 2	5.74	3.78	6.80	3.96	-1.21	.23
Alteração	3.46	2.91	3.20	2.40	.44	.66
Total	8.31	4.53	8.95	4.13	.66	.51
Sugestionabilidade						
Desejabilidade						
Social	8.77	3.86	7.35	3.70	1.67	.10
Neuroticismo	11.00	5.45	11.10	5.82	-.08	.94

³ Recorreu-se ao teste de Kolmogorov-Smirnov para analisar a normalidade das variáveis em estudo e apenas as medidas de evocação imediata, desejabilidade social e neuroticismo tinham uma distribuição normal. Para as restantes variáveis, recorreu-se à análise do enviesamento em relação à média através dos valores de assimetria e de curtose. Segundo Kline (2011), os valores de assimetria (entre 0.349 e 1.122) e os valores de curtose (entre -0.834 e 1.889) não evidenciam um enviesamento que ponha em causa a distribuição normal (assimetria < |3| e de curtose < |10|). Por isso, considerou-se que todas as variáveis têm uma distribuição normal. Através do teste de Levene, verificou-se que todas as variáveis cumprem o pressuposto de homocedasticidade.

Como se pode verificar na Tabela 3, não foram observadas diferenças estatisticamente significativas entre as condições procedimento usual de aplicação da GSS-2 e procedimento modificado de aplicação da GSS-2 (com avaliação de confiança).

1.2. Impacto do tipo de questões e do momento de inquirição na confiança

Foi realizada uma ANOVA de dois fatores para medidas repetidas⁴ com o objetivo de determinar se a confiança nas respostas dadas à GSS-2 varia consoante o tipo de questões (não sugestivas, afirmativas, direcionadas e com alternativas falsas), o momento de inquirição e a possibilidade de interação entre estes dois últimos fatores. Assim, procedeu-se à criação de 8 novas variáveis⁵, que correspondem à média de confiança na resposta para cada tipo de questão em cada um dos momentos de inquirição. Importa referir que esta análise foi realizada apenas com o grupo experimental (N = 40), uma vez que o nível de confiança apenas foi medido para esta condição.

Tabela 4.

Análise da confiança nas respostas quanto ao tipo de questões e momento de inquirição

		gl	Z	p	η^2
Momento	Esfericidade	1	.08	.79	.002
Erro (Momento)	considerada	39			
Questões	Huynh-Feldt	2.45	37.33	.000	.489
Erro (Questões)		95.57			
Momento * Questões	Esfericidade	3	.24	.87	.006
Erro (Momento*Questões)	considerada	117			

Como se pode verificar na Tabela 4, não se verificaram efeitos estatisticamente significativos no que diz respeito à interação entre os dois fatores considerados [$F(3, 117) = .24, p = .87$] e ao momento da inquirição [F

⁴ Através do teste de Mauchly, verificou-se o cumprimento do pressuposto de esfericidade para o momento de inquirição e para a interação dos dois fatores. Porém, identificou-se a violação do pressuposto de esfericidade para o tipo de questão [$W = .565, p = .001$], por isso, os resultados para o tipo de questão foram ajustados pela correção de Huynh-Feldt porque os valores de estimativa de esfericidade eram $> .75$ (Girden, 1992).

⁵ As novas variáveis cumpriram os pressupostos de normalidade e de esfericidade. Para consultar as estatísticas descritivas destas variáveis (cf. Anexo A)

(1, 39) = .08, $p = .79$]. Porém, observou-se um efeito estatisticamente significativo relativamente ao tipo de questões [$F(2.45, 95.57) = 37.33$, $p < .001$], com uma medida de efeito de $\eta^2 = .489$.

Como apenas se verificou um efeito estatisticamente significativo relativamente ao tipo de questões, procedeu-se à análise de comparações múltiplas⁶ duas a duas deste efeito, cujo resultado se pode observar na Tabela 5.

Tabela 5

Comparações múltiplas da confiança nas respostas considerando o tipo de questões

		Diferença média	<i>p</i>
Questões Não Sugestivas	Q. Afirmativas	21.38*	.000
	Q. Direcionadas	22.94*	.000
	Q. com Alternativas Falsas	29.38*	.000
Questões Afirmativas	Q. Não Sugestivas	-21.38*	.000
	Q. Direcionadas	1.56	1.000
	Q. com Alternativas Falsas	8.00*	.003
Questões Direcionadas	Q. Não Sugestivas	-22.94*	.000
	Q. Afirmativas	-1.56	1.000
	Q. com Alternativas Falsas	6.44	.274
Questões com Alternativas Falsas	Q. Não Sugestivas	-29.38*	.000
	Q. Afirmativas	-8.00*	.003
	Q. Direcionadas	-6.44	.274

*significativo quando $p < .05$

Como expectável, através desta análise, identificaram-se diferenças estatisticamente significativas entre as questões não sugestivas ($M = 84.31$; $DP = 15.27$) e todas as questões sugestivas: afirmativas ($M = 62.94$; $DP = 21.18$), direcionadas ($M = 61.38$; $DP = 25.13$) e com alternativas falsas ($M = 54.94$; $DP = 20.31$). Constata-se ainda que, nas questões sugestivas, também existem diferenças estatisticamente significativas entre as questões afirmativas ($M = 62.94$; $DP = 21.18$) e as questões com alternativas falsas ($M = 54.94$; $DP = 20.31$).

⁶ Calculadas com o ajustamento de Bonferroni.

1.3. Correlação entre as medidas de sugestionabilidade interrogativa e o neuroticismo e a desejabilidade social

De forma a averiguar se a desejabilidade social e o neuroticismo se encontram correlacionados com as medidas de sugestionabilidade interrogativa da GSS-2 (cedência 1, cedência 2, alteração e sugestionabilidade total), procedeu-se ao cálculo dos coeficientes de correlação ρ de Spearman⁷ entre as variáveis em questão.

Tabela 6

Correlações dos resultados da Desejabilidade Social e do Neuroticismo com as medidas de Sugestionabilidade Interrogativa da GSS-2

		Cedência 1	Cedência 2	Alteração	Total de Sugestionabilidade
Desejabilidade Social	ρ	-.088	-.051	-.049	-.120
	p	.438	.656	.671	.293
Neuroticismo	ρ	.134	.212	.172	.183
	p	.240	.060	.130	.106

Tal como se pode verificar na Tabela 6, não foram registadas correlações estatisticamente significativas tanto da desejabilidade social como do neuroticismo com qualquer uma das medidas de sugestionabilidade interrogativa da GSS-2.

V – Discussão

Os sistemas de justiça têm se preocupado com os efeitos negativos que determinadas práticas em interrogatórios policiais (e.g., questionamento sugestivo e *feedback* negativo) poderão acarretar. Mas, as consequências deste tipo de práticas na confiança reportada pela testemunha têm sido pouco estudadas. Porém, vários estudos, têm destacado que a confiança está, geralmente, correlacionada com a exatidão, exceto em condições de questionamento sugestivo (e.g., Loftus et al., 1978 como citado em Balgrove & Akehurst, 2000). É, por isso, relevante entender as consequências que este tipo de procedimentos podem trazer à confiança reportada pela testemunha, tendo

⁷ Como indicado anteriormente, as medidas a relacionar, apesar de cumprirem o pressuposto de distribuição normal, não cumprem os pressupostos de linearidade e homocedasticidade. Como tal, foi necessário recorrer à alternativa não paramétrica, coeficiente ρ de Spearman.

em conta que esta tem uma enorme influência na forma como a testemunha pode ser percebida, no que se refere à sua credibilidade (Kebbell et al., 1996 como citado em Balgrove & Akehurst, 2000; Sauer et al., 2017 como citado em Lida et al., 2019). Contudo, são poucos os estudos que se focam na avaliação da confiança nas respostas à GSS (Gudjonsson, 1983; Rijn et al., 2017; Balgrove & Akehurst, 2000) e, ao que se conhece, ainda não existem estudos sobre a confiança nas respostas aos diferentes tipos de questões da GSS. Assim, o presente estudo pretendeu explorar essa variação da confiança nas respostas aos diferentes tipos de questões da GSS-2 (i.e., não sugestivas, afirmativas, direcionadas e com alternativas falsas).

Começou-se por analisar se a adição da avaliação da confiança nas respostas à GSS-2 ao procedimento usual de aplicação descrito no manual, altera o desempenho dos participantes na GSS-2. Procurou-se, seguidamente, verificar se os tipos de questões sugestivas da GSS-2 (representativos das perguntas em interrogatório) e o *feedback* negativo (representativos da pressão interrogativa) interferem, de forma significativa, na confiança subjetiva das respostas dadas por reclusos. Analisou-se, ainda, a correlação entre a sugestionabilidade interrogativa e as variáveis neuroticismo e desejabilidade social.

Através da análise comparativa entre a condição controlo e a condição experimental (adição da avaliação da confiança nas respostas), não se verificou que a avaliação da confiança nas respostas à GSS-2 alterasse o desempenho dos participantes na GSS-2 (cf. Tabela 3).

Considerando a primeira e principal hipótese, previa-se que o tipo de questões da GSS-2 (não sugestivas, afirmativas, direcionadas e com alternativas falsas) interferisse de forma significativa na confiança subjetiva das respostas dadas por reclusos. Concretamente, pressupôs-se que a média da confiança nas respostas às questões não sugestivas seria superior à média de confiança nas respostas às questões sugestivas (afirmativas, direcionadas e com alternativas falsas). Nas questões sugestivas, previa-se que a média de confiança fosse superior para as questões com alternativas falsas, seguindo-se as questões direcionadas e, por último, as respostas às questões afirmativas apresentariam menor grau de confiança.

Efetivamente, neste estudo observou-se um efeito estatisticamente significativo do tipo de questões na média de confiança nas respostas à GSS-2 [$F(2.45, 95.57) = 37.33, p < .001$] (cf. Tabela 4). No entanto, apenas a primeira parte desta hipótese se pode considerar corroborada: de facto, a média de

confiança nas respostas às questões não sugestivas ($M = 84.31$; $DP = 15.27$) é significativamente superior à média de confiança nas respostas aos três tipos de questões sugestivas. Este resultado está de acordo com o estudo de Balgrove e Akehurst (2000) realizado noutra população, sendo que estes autores verificaram que as respostas às questões não sugestivas da GSS, quando corretas, foram dadas com graus de confiança significativamente elevados comparativamente à confiança nas respostas às questões sugestivas.

No que diz respeito às questões sugestivas, a média de confiança nas respostas às questões com alternativas falsas ($M = 54.94$; $DP = 20.31$) é a mais baixa dos três tipos de questões, ao contrário do que se esperava, tendo, ainda, apresentado diferenças estatisticamente significativas relativamente à média de confiança nas respostas às questões afirmativas ($M = 62.94$; $DP = 21.18$) (cf. Tabela 5). A investigação tem evidenciado que as testemunhas se sentem pressionadas a dar uma resposta a questões com este formato, mesmo quando não estão seguras da sua resposta (Andrews et al., 2015 como citado em Ribeiro et al., 2021). Então, previa-se que o participante iria supor que, pelo menos, uma das alternativas fornecidas, estaria correta, atribuindo-lhe um nível de confiança elevado. Por outro lado, quando o participante recordasse a resposta correta, teria de contradizer o interrogador e, apenas o faria, se tivesse um elevado grau de confiança na sua resposta. De facto, Gudjonsson (2003) e Oliveira (2020) identificaram este tipo de questão como o mais sugestivo porque apenas requisita a escolha entre duas opções. Mas, os participantes podem concordar com a sugestão por acreditarem que esta é plausível, não terem a certeza da resposta, quererem agradar ao entrevistador e/ou terem medo em discordar deste, tal como referiu Gudjonsson (1997, 2003). No entanto, ao que parece, este tipo de questão, por ser o mais sugestivo, gera maior incerteza e a testemunha fica relutante em atribuir um elevado grau de confiança à sua resposta. Balgrove e Akehurst (2000) identificaram que nas questões sugestivas a confiança era significativamente superior para as respostas sem cedência à sugestão, comparativamente às respostas com cedência à sugestão. Estes autores também verificaram que, quando o participante alterou a sua resposta após o *feedback* negativo, os níveis de confiança eram sempre superiores para as respostas de não cedência à sugestão, independentemente, se esta foi dada pré ou pós *feedback* negativo. Gudjonsson (1983) também observou que a avaliação de confiança se correlaciona negativamente com as medidas de cedência, o que implica que quanto menos respostas com cedência à sugestão, maior o grau de confiança reportado pela testemunha. Por outro lado, de acordo

com Loftus e Zanni (1975 como citado em Loftus, 1975), sugerir a presença de um objeto pode levar o participante a reportá-lo, apesar de este não estar presente. No entanto, como neste tipo de questão da GSS são sugeridas duas alternativas, apesar de o participante pensar que a informação possa, de facto, ter sido referida na história e que este apenas não se recorda, a sua resposta será, provavelmente, de menor confiança por lhe serem fornecidas duas possibilidades. Por último, também é possível que as respostas de não cedência sejam dadas com menor grau de confiança, e, por isso, a média de confiança nas respostas a este tipo de questões pode ter diminuído devido à incerteza do participante por ter de contrariar o investigador.

Também, ao contrário do que se pressupôs, a média de confiança nas respostas às questões afirmativas, ao invés de ser a mais baixa, é a mais elevada ($M = 62.94$; $DP = 21.18$) dos três tipos de questões sugestivas e não difere estatisticamente da média de confiança nas respostas às questões direcionadas ($M = 61.38$; $DP = 25.13$) (cf. Tabela 5). Tal como já foi referido, de acordo com Loftus e Zanni (1975, como citado em Loftus, 1975), as questões construídas com “viu o...?”, transmitem a ideia que o objeto mencionado na questão estava presente e que este apenas não o viu e, assim, o participante tende a reportar ter visto o objeto apesar de este não ter estado presente. De certa forma, as questões afirmativas enquadram-se nesta formulação de questões porque, segundo Oliveira (2020), estas incluem “a substituição de partes ou palavras verdadeiras por informação errada” (p. 29). Por exemplo, na questão nº 4 (“o marido era diretor de um banco?”), o participante sabe, através da história, que toda a informação está correta, mas tem dúvida acerca da palavra “diretor”. Então, alguns participantes identificam a afirmação como correta porque só não têm a certeza do detalhe “diretor” e podem pensar que este possa ter sido referido na história, apesar de não se recordarem dessa informação. Assim, os participantes podem ter mantido níveis de confiança elevados, mesmo na presença de uma resposta de cedência à sugestão, ao contrário do que se previu anteriormente.

Pressupôs-se que as respostas às questões direcionadas deveriam estar associadas a níveis de confiança elevados e, de facto, este é um dos dois tipos de questões sugestivas cujas respostas apresentam maiores níveis de confiança. De acordo com Oliveira (2020), estas questões veiculam “sugestões prováveis e/ou lógicas e difíceis de rejeitar e/ou refutar” (p. 29). Então, apesar de este tipo de questão incluir informações que não são referidas na história, mas que são “lógicas e/ou prováveis”, os participantes respondem a este tipo de questão com graus de confiança elevados.

A observação de que as médias de confiança nas respostas às questões afirmativas e às questões direcionadas não diferirem significativamente vai ao encontro da ideia de Gudjonsson (1997). De facto, o autor da GSS não distinguiu as questões afirmativas e as questões direcionadas na escala por considerar essa distinção “arbitrária ou valor limitado” (Gudjonsson, 1997, p. 8). No entanto, no âmbito da sugestionabilidade interrogativa, Oliveira (2020) verificou que, numa amostra de estudantes de ensino secundário, existem diferenças entre estes dois tipos de questões (e.g., após o *feedback* negativo a aceitação de sugestões é superior nas questões direcionadas). Então, embora possa ser relevante distinguir estes dois tipos de questões, pelo menos no que diz respeito à confiança subjetiva, esta distinção pode não ser necessária porque as respostas aos dois tipos de questões apresentam níveis de confiança semelhantes.

Na segunda hipótese (H.2) deste estudo, pressupôs-se que a média de confiança nas respostas aos quatro tipos de questões da GSS-2 seria superior após o *feedback* negativo (segundo momento de questionamento) em comparação com antes da comunicação deste *feedback* (primeiro momento de questionamento). Na análise comparativa das medidas de cedência 1 e cedência 2 (cf. Tabela 3), verificou-se que o *feedback* negativo aumentou a sugestionabilidade dos participantes. Especificamente, registou-se que as medidas de cedência 1 e cedência 2 apresentaram diferenças estatisticamente significativas, tanto na condição controlo ($t_{(38)} = -2.47, p = .018$), como na condição experimental ($t_{(39)} = -2.95, p = .005$) (cf. Anexo C). Também a medida de alteração [condição controlo: ($M = 3.46; DP = 2.91$); condição experimental: ($M = 3.20; DP = 2.40$); cf. Tabela 3] aponta para uma tendência dos participantes em modificar as suas respostas após a comunicação do *feedback* negativo. Porém, ao contrário do previsto, o momento de inquirição não revelou um efeito estatisticamente significativo [$F(1, 39) = .08, p = .79$] na média de confiança nas respostas a qualquer um dos quatro tipos de questões (cf. Tabela 4) e, assim, com a apresentação do *feedback* negativo não se registam diferenças significativas na média de confiança nas respostas às questões da GSS-2. Este resultado opõe-se ao que tem sido encontrado em vários estudos: o questionamento repetido pode aumentar a confiança da testemunha (Balgrove & Akehurst, 2000; Sarwar et al., 2014; Shaw, 1996 como citado em Simon, 2012), especialmente, quando as questões contêm premissas falsas (Loftus, 1975) porque a repetição torna as sugestões mais “familiares” (Zaragoza & Mitchell, 1996 como citado em Simon, 2012). De facto, em estudos que analisaram a

confiança nas respostas às questões da GSS foi verificado que o *feedback* negativo trouxe um aumento de confiança nas respostas às questões não sugestivas e nas questões sugestivas respondidas com cedência à sugestão (Balgrove & Akehurst, 2000; Rijn et al., 2017). Porém, Balgrove e Akehurst (2000) analisaram as médias de confiança nas respostas às questões, pré e pós *feedback* negativo, constatando que estas não diferiam significativamente, o que vai ao encontro dos resultados obtidos neste estudo. Por outro lado, uma vez que a maioria dos participantes conhecia previamente a entrevistadora porque esta está presente e/ou auxilia nos programas de intervenção psicológica individuais e/ou grupais no estabelecimento prisional, poder-se-ia supor que durante a aplicação da GSS-2, os participantes tenderiam a percecioner a interação com menor “distância psicológica” (Bain & Baxter, 2000), ou seja, a entrevistadora poderia ter sido percecionada como mais amigável, compreensiva e menos diretiva (Bain & Baxter, 2000; Baxter & Boon, 2000 como citado em Dukala & Polczyk, 2013; Dukala & Polczyk, 2013) e, desta forma, o *feedback* negativo poderia não ter tido um efeito significativo ao nível da confiança dos participantes. No entanto, o *feedback* negativo levou a modificação de respostas dadas anteriormente e aumentou a suscetibilidade dos participantes às sugestões contidas nas perguntas (cf. Anexo C). Este resultado leva a supor que o *feedback* negativo teve impacto. Então, como supramencionado, apesar de o questionamento repetido tender a aumentar a confiança da testemunha, este efeito pode não se ter verificado devido à possibilidade de ser atenuado pela incerteza gerada com o *feedback* negativo. Outros estudos sugerem que as testemunhas, ao avaliarem a sua confiança nas respostas, estão mais propensas a ser afetadas por *feedback* confirmatório do que por *feedback* infirmativo (i.e., ser-lhe dito que as suas respostas estão incorretas) (Allwood et al., 2006), o que permite explicar os resultados obtidos na identificação de suspeitos em alinhamentos policiais (Charman et al., 2010; Wells & Bradfield, 1998 como citado em Charman et al., 2010). Segundo Allwood et al. (2006) e Charman et al. (2020), na avaliação de confiança, a procura por pistas externas é seletiva. Então, o *feedback* infirmativo (e.g., *feedback* negativo) pode ser desvalorizado pelo participante, não sendo integrado nas avaliações de confiança posteriores às respostas das questões da GSS. Então, estudos futuros deverão clarificar melhor de que forma o *feedback* negativo pode influenciar a avaliação de confiança nas respostas a esta escala de sugestionabilidade interrogativa.

Considerando a terceira e quarta hipóteses deste estudo, previu-se que a desejabilidade social e o neuroticismo estariam significativamente e positivamente correlacionados com a sugestionabilidade interrogativa. Porém, estas hipóteses não foram corroboradas porque tanto a desejabilidade social como o neuroticismo não apresentam correlações, positivas ou negativas, estatisticamente significativas com qualquer uma das medidas de sugestionabilidade interrogativa da GSS-2.

Contrariamente ao que a investigação tem vindo a indicar (Gudjonsson, 1983, 2003; Penajoia, 2012; Penajoia et al., 2015), neste estudo não se obtiveram correlações significativas entre a desejabilidade social e a sugestionabilidade interrogativa. Tal pode dever-se, ao facto, de esta correlação ser tendencialmente baixa e, nem sempre significativa, podendo, por vezes, não ser encontrada (Gudjonsson, 2003; Polczyk, 2005; Drake, 2010a). Porém, apesar de não significativas, ao contrário do previsto, as correlações fracas encontradas são negativas (cf. Tabela 6). No entanto, uma parte considerável da amostra (38%; cf. Anexo B) apresenta valores abaixo do considerado normativo [pontuação abaixo de 6.52 para a população prisional ($M = 11.30$; $DP = 4.78$)] e apenas uma parte residual da amostra (1.3%; cf. Anexo B) apresenta, efetivamente, valores acima do considerado normativo [pontuação acima de 16.08 para a população prisional ($M = 11.30$; $DP = 4.78$)]. Então, apesar da tendência da população reclusa em evidenciar níveis de desejabilidade social mais elevados (Davis et al., 2012; Penajoia et al., 2015), tal não se verificou neste estudo, indicando que estes não tentaram apresentar uma imagem de si mais positiva. Daí que, possam não ter sido encontradas correlações significativas entre a desejabilidade social e a sugestionabilidade interrogativa.

No que diz respeito ao neuroticismo, a investigação tem evidenciado uma correlação entre esta variável e a sugestionabilidade interrogativa (McGroarty & Thomson, 2013; Gudjonsson, 1983, 2003; Drake, 2010a). Porém, Gudjonsson (2003) e Drake (2010a) sugerem que esta correlação é fraca, o que pode ajudar a compreender porque é que no presente estudo não se regista qualquer relação entre estes construtos (cf. Tabela 6), tal como sucedeu nas investigações de Haraldson (1985), Penajoia et al. (2015), Pires et al. (2013) e Polczyk (2005). De facto, Polczyk (2005) sugeriu que a sugestionabilidade interrogativa pode ser independente dos cinco fatores de personalidade.

O presente estudo apresenta algumas limitações. Uma vez que a amostra recolhida não é representativa da população reclusa portuguesa, os resultados encontrados não devem ser generalizados para toda esta população. Neste

estudo não foi cumprido o intervalo de 50 minutos entre as evocações imediata e diferida da história da GSS, pois esta última não foi avaliada. Apesar de, como referido anteriormente (Gudjonsson, 1997; Smeets et al., 2007), os resultados obtidos na GSS não serem afetados de forma significativa por este procedimento, poderá ser relevante que em investigações futuras seja incluído o teste de evocação diferida após 50 minutos, uma vez que a duração real dos processos judiciais é extensa.

Como neste estudo não foi permitido transmitir a história através de uma gravação áudio, apesar de a investigadora cumprir as exigências descritas no manual, pode ter existido interferência de algumas variáveis difíceis de controlar (e.g., consistência do ritmo de leitura) e, assim, é importante que, em estudos futuros, esta limitação seja ultrapassada.

Outro aspeto a ter em conta é que, apesar de o EPQ-R ter normas para a população forense, carece de dados normativos específicos para a população prisional e contem questões que não se encontram adaptadas para esta população, como é o caso, por exemplo, das perguntas 25 “Sente-se muitas vezes perturbado por sentimentos de culpa?” e 47 “Sente-se muitas vezes só?”. Como já foi referido, a maioria dos participantes conhecia previamente a investigadora, devido à relação terapêutica prévia que pode ter favorecido a sua perceção como mais amigável, contribuindo para que o *feedback* negativo, apesar de ter levado à alteração das respostas e aumentado a suscetibilidade dos participantes às sugestões, possa não ter surtido efeito ao nível da confiança dos participantes. Neste contexto, poderá ser relevante que esta variável seja controlada em estudos futuros.

Além disso, é importante considerar que todos os participantes são do sexo masculino e a investigadora é do sexo feminino e com uma idade semelhante à deles, podendo esta não ter sido percecionada, efetivamente, como uma figura de autoridade. Assim, seria importante que nas próximas investigações, os reclusos fossem avaliados por um entrevistador do sexo masculino, de preferência mais velho, ou que possa garantidamente ser percecionado como uma figura de autoridade.

Por último, as respostas “não sei” e “não foi referido” foram relativamente pouco frequentes (8.6% e 6.2%, respetivamente; cf. Anexo D), sendo ambas classificadas com níveis de confiança que variaram de 0% a 100%. Este tipo de respostas pode ter influenciado os resultados médios obtidos na variável confiança, dado que, se o participante não sabe responder ou

considera que a informação não faz parte da história da GSS, pode não fazer para ele sentido avaliar a sua confiança nessas respostas.

É, ainda, relevante que investigações futuras se foquem em analisar a exatidão de cada resposta dada e a confiança reportada nessa mesma resposta, sendo que neste estudo não se realizou essa análise, uma vez que, tal como se verificou nos estudos de Balgrove e Akehurst (2000) e Rijn et al. (2017) com outro tipo de amostras, o questionamento sugestivo influencia nos níveis de confiança do participante consoante as respostas sejam de cedência ou não cedência à sugestão.

Para finalizar a discussão dos resultados, é importante mencionar as implicações que este estudo viabiliza no que respeito à influência do tipo de questões e do *feedback* negativo na confiança subjetiva reportada pela testemunha. De facto, o estilo de questionamento não sugestivo está associado a maiores níveis de confiança nas respostas comparativamente ao questionamento sugestivo. No que toca às questões sugestivas da GSS, as questões com alternativas falsas são o tipo de questão mais sugestivo (Gudjonsson, 1997; Oliveira 2020), estando também associado a menor grau de confiança. Mas, também as respostas às restantes questões sugestivas (afirmativas e direcionadas) estão associadas a menores graus de confiança comparativamente ao questionamento não sugestivo. O questionamento sugestivo, além de deixar a testemunha confusa fazendo com que esta acrescente erros no seu relato (Sharman & Powell, 2012 Wheatcroft, 2017 como citado em Gous & Wheatcroft, 2020) e responda às questões com menor nível de confiança, leva a que esta seja percebida como menos credível. Relativamente ao *feedback* negativo, este parece atenuar o aumento de confiança que comumente tem sido encontrado em questionamentos repetidos. Assim, é necessário que em qualquer procedimento judicial (interrogatórios policiais e/ou inquirições em tribunal), os profissionais que realizam quaisquer tarefas de inquirição recebam formação sobre a sugestionabilidade interrogativa, as consequências do questionamento sugestivo, bem como outros métodos de inquirição não sugestivos que permitam obter testemunhos mais exatos e que não prejudiquem a credibilidade da testemunha.

Embora alguns dos resultados obtidos não tenham ido ao encontro dos resultados esperados, este é um estudo que pode dar início ao entendimento do impacto que o tipo de questões da GSS (não sugestivas, afirmativas, direcionadas e com alternativas falsas), o questionamento repetido e o *feedback* negativo têm ao nível da confiança do participante nas repostas à GSS. É

também importante destacar que os tipos de questões da GSS-2 são representativos das perguntas colocadas em interrogatório policial. Desta forma, este estudo, embora exploratório, constitui um contributo para o conhecimento do impacto da sugestionabilidade interrogativa na exatidão dos testemunhos, mediante a análise da variável confiança subjetiva, considerando-se que esta é relevante para se averiguar a confiabilidade do testemunho.

Conclusões

Este estudo foi projetado para avaliar se o tipo de questões sugestivas da GSS-2 (representativas das perguntas em interrogatório) e o *feedback* negativo (representativo da pressão interrogativa exercida em interrogatórios) interferem, de forma significativa, na confiança subjetiva das respostas dadas por reclusos. Pretendeu-se ainda, analisar a correlação entre as medidas de sugestionabilidade interrogativa e as variáveis neuroticismo e deseabilidade social nesta população.

Efetivamente, este estudo revela que o tipo de questões da GSS-2 (não sugestivas, afirmativas, direcionadas e com alternativas falsas) interfere de forma significativa, na confiança subjetiva das respostas dadas pelos reclusos que participaram neste estudo. Mais especificamente, as questões não sugestivas estão associadas a maior grau de confiança nas respostas à GSS-2 e as questões sugestivas estão associadas a menor grau de confiança. As respostas às questões direcionadas e as questões afirmativas apresentam valores médios de confiança semelhantes. Para além das questões com alternativas falsas serem apontadas como as mais sugestivas (Gudjonsson, 1997; Oliveira, 2020), estão também associadas a menor grau de confiança nas respostas comparativamente às restantes questões sugestivas (afirmativas e direcionadas).

Porém, o *feedback* negativo parece não interferir, de forma significativa, na confiança subjetiva das respostas dadas pelos reclusos. Vários estudos têm verificado que num questionamento repetido, as testemunhas tendem a aumentar o grau de confiança nas suas respostas (Loftus, 1975; Sarwar et al., 2014; Shaw, 1996 como citado em Simon, 2012; Zaragoza & Mitchell, 1996 como citado em Simon, 2012), todavia coloca-se a hipótese de o *feedback* negativo poder atenuar este efeito e, por isso, é necessário que a investigação futura se foque em verificar esta possibilidade.

As correlações obtidas entre a sugestionabilidade interrogativa e as variáveis neuroticismo e deseabilidade social não obtiveram significância

estatística. No entanto, tanto para o neuroticismo como para a deseabilidade social, existem vários estudos cujos resultados são contraditórios, por isso é relevante que estudos futuros consigam clarificar esta relação.

Concluindo, se, por um lado, o questionamento sugestivo pode deixar a testemunha confusa, fazendo com que esta acrescente erros e inconsistências no seu relato (Sharman & Powell, 2012; Wheatcroft, 2017 como citado em Gous & Wheatcroft, 2020), por outro, também pode levar a que a testemunha responda com menor nível de confiança às questões colocadas, devido à incerteza. Nestas condições, o relato da testemunha pode ser percebido como menos credível. A utilização de questões com alternativas falsas é particularmente grave porque estas têm sido apontadas como as mais sugestivas (Gudjonsson, 1997; Oliveira, 2020) e este estudo identificou que este tipo de questão está também associado a menor grau de confiança. O *feedback* negativo, apesar de levar a um aumento de alteração de respostas (Bain & Baxter, 2000; Gudjonsson, 2003), mesmo na ausência de questionamento sugestivo (McGroarty & Baxter, 2007, 2009 como citado em Henkel, 2016), parece, no presente estudo com reclusos, atenuar o aumento de confiança que comumente tem sido encontrado em questionamentos repetidos.

Assim, é necessário que os profissionais que realizam as tarefas de inquirição (em tribunal e/ou em interrogatórios policiais) recebam formação sobre a sugestionabilidade interrogativa, as consequências do questionamento sugestivo, as variáveis que podem influenciar a confiança nas respostas, bem como sobre outros métodos de inquirição não sugestivos que permitam obter testemunhos mais exatos e que não prejudiquem a credibilidade da testemunha.

Ao se conhece, ainda não foram publicados estudos acerca do impacto que o tipo de questões da GSS, o questionamento repetido e o *feedback* negativo têm ao nível da confiança dos sujeitos nas repostas à GSS, em particular em população reclusa, tendo o presente estudo um carácter exploratório. Por isso, é imprescindível que a investigação futura se foque na continuação da exploração desta temática, incorpore outras variáveis (e.g., complacência) e outro tipo de amostras (e.g., vítimas).

Bibilografia

- Allwood, C. M., Knutsson, J., & Granhag, P. A. (2006). Eyewitnesses under influence: how feedback affects the realism in confidence judgements. *Psychology, Crime and Law*, 12(1), 25-38. <http://dx.doi.org/10.1080/10683160512331316316>
- Almiro, P. A., & Simões, M. R. (2014). Questionário de Personalidade de Eysenck – Forma Revista (EPQ-R). In L. S. Almeida, M. R. Simões, & M. M. Gonçalves (Eds.), *Instrumentos e contextos de avaliação psicológica* (Vol. 2, pp. 211-229). Almedina.
- Almiro, P. A., Almeida, D., Ferraz, A. M., Ferreira, R., Perdiz, C., Dias, I. S., Gonçalves, S., Sousa, L. B., & Simões, M. R. (2017). Escala de Desejabilidade Social de 20 itens (EDS-20). In M. R. Simões, L. S. Almeida, & M. M. Gonçalves (Eds.), *Psicologia forense: Instrumentos de avaliação* (pp. 335-352). Pactor.
- Bain, S. A., & Baxter, J. S. (2000). Interrogative suggestibility: The role of interviewer behaviour. *Legal and Criminological Psychology*, 5(1), 123–133. <https://doi.org/10.1348/135532500168029>
- Balgrave, M., & Akehurst, L. (2000). Effects of sleep loss on confidence-accuracy relationships for reasoning and eyewitness memory. *Journal of Experimental Psychology*, 6(1), 59-73. <https://doi.org/10.1037/1076-898X.6.1.59>
- Bowles, P. V., & Sharman, S. J. (2014). A review of the impact of different types of leading interview questions on child and adult witnesses with intellectual disabilities. *Psychiatry, Psychology and Law*, 21(2), 205–217. <http://dx.doi.org/10.1080/13218719.2013.803276>
- Cattell, J. M. (1895). Measurements of the accuracy of recollection. *Science*, 2(49), 761–766. <https://doi.org/10.1126/science.2.49.761>
- Charman, S. D., Carlucci, M., Vallano, J., & Gregory, A. H. (2010). The selective cue integration framework: A theory of post identification witness confidence assessment. *Journal of Experimental Psychology: Applied*, 16(2), 204–218. <https://doi.org/10.1037/a0019495>
- Chrobak, Q. M., Rindal, E. J., & Zaragoza, M. S. (2015). The impact of multifaceted questions on eyewitness accuracy following forced fabrication interviews. *The Journal of General Psychology*, 142(3), 150-166. <https://doi.org/10.1080/00221309.2015.1060188>

- Costa, P. T., & McCrae, R. R. (1992). The five-factor model of personality and its relevance to personality disorders. *Journal of Personality Disorders*, 6(4), 343-359. <https://doi.org/10.1521/pedi.1992.6.4.343>
- Costa, P. T., & McCrae, R. R. (1999). A five-factor theory of personality. Em L. A. Pervin & O. P. John (Eds.), *Handbook of personality: Theory and research* (2nd ed., pp 139-153). Guilford.
- Davis, C. G., Thake, J., & Weekes, J. R. (2012). Impression managers: nice guys or serious criminals? *Journal of Research in Personality*, 46(1), 26-31. <http://dx.doi.org/10.1016/j.jrp.2011.11.001>
- Drake, K. E. (2009). *The psychology of interrogative suggestibility*. [Doctoral Thesis, University of Leicester].
- Drake, K. E. (2010a). Interrogative suggestibility: Life adversity, neuroticism and compliance. *Personality and Individual Differences*, 48(4), 493-498. <https://doi.org/10.1016/j.paid.2009.11.030>
- Drake, K. E. (2010b). The psychology of interrogative suggestibility: A vulnerability during interview. *Personality and Individual Differences*, 49(7), 683–688. <https://doi.org/10.1016/j.paid.2010.06.005>
- Drake, K. E., Bull, R., & Boon, J. C. W. (2008). Interrogative suggestibility, self-esteem, and the influence of negative life-events. *Legal and Criminological Psychology*, 13(2), 299-307. <https://doi.org/10.1348/135532507X209981>
- Dukala, K., & Polczyk, R. (2013). Age and interviewer behavior as predictors of interrogative suggestibility. *Journals of Gerontology, Series B*, 69(3), 348–355. <https://doi.org/10.1093/geronb/gbt023>
- Endres, J. (1997). The suggestibility of the child witness: the role of individual differences and their assessment. *The Journal of Credibility Assessment and Witness Psychology*, 1(2), 44-67. https://www.researchgate.net/publication/273107710_The_suggestibility_of_the_child_witness_The_role_of_individual_differences_and_their_assessment
- Forrester, L. M., McMahon, M., & Greenwood, K. M. (2001). The relationship between coping strategies and interrogative suggestibility. *Psychiatry, Psychology and Law*, 8(1), 23-37. <http://dx.doi.org/10.1080/13218710109525001>
- Girden, E. R. (1992). *ANOVA: Repeated measures*. Sage Publications, Inc. <https://doi.org/10.4135/9781412983419>

- Gous, G., & Wheatcroft, J. M. (2020). Directive leading questions and preparation technique effects on witness accuracy. *Sage Open*, *10*(1), 1-12. <https://doi.org/10.1177/2158244019899053>
- Gudjonsson, G. H. (1983). Suggestibility, intelligence, memory recall and personality: an experimental study. *British Journal of Psychiatry*, *142*(1), 35–37. <https://doi.org/10.1192/bjp.142.1.35>
- Gudjonsson, G. H. (1984). A new scale of interrogative suggestibility. *Personality and Individual Differences*, *5*(3), 303-314. [https://doi.org/10.1016/0191-8869\(84\)90069-2](https://doi.org/10.1016/0191-8869(84)90069-2)
- Gudjonsson, G. H. (1987). A parallel form of Gudjonsson Suggestibility Scale. *British Journal of Clinical Psychology*, *26*(3), 215-221. <https://doi.org/10.1111/j.2044-8260.1987.tb01348.x>
- Gudjonsson, G. H. (1992). Interrogative suggestibility: Factor analysis of the Gudjonsson Suggestibility Scale (GSS-2). *Personality and Individual Differences*, *13*(4), 479-481. [https://doi.org/10.1016/0191-8869\(92\)90077-3](https://doi.org/10.1016/0191-8869(92)90077-3)
- Gudjonsson, G. H. (1997). *The Gudjonsson Suggestibility Scales manual*. Psychology Press.
- Gudjonsson, G. H. (2003). *The psychology of interrogations and confessions: A handbook*. Wiley. <http://www.al-edu.com/wp-content/uploads/2014/05/Gudjonsson-The-Psychology-of-Interrogations-and-Confessions.pdf>
- Gudjonsson, G. H. (2018). *The psychology of false confessions: Forty Years of Science and practice*. Wiley. <https://doi.org/10.1002/9781119315636.refs>
- Gudjonsson, G. H., & Clark, N. K. (1986). Suggestibility in police interrogation: a social psychological model. *Social Behaviour*, *1*, 83–104.
- Gudjonsson, G. H., Young, S., & Bramham, J. (2007). Interrogative suggestibility in adults diagnosed with attention-deficit hyperactivity disorder (ADHD). A potential vulnerability during police questioning. *Personality and Individual Differences*, *43*(4), 737-745. <https://doi.org/10.1016/j.paid.2007.01.014>
- Haraldsson, E. (1985). Interrogative suggestibility and its relationship with personality, perceptual defensiveness and extraordinary beliefs. *Personality and Individual Differences*, *6*(6), 765-767. [https://doi.org/10.1016/0191-8869\(85\)90087-X](https://doi.org/10.1016/0191-8869(85)90087-X)
- Henkel, L. A. (2016). Inconsistencies across repeated eyewitness interviews: supportive negative feedback can make witnesses change their memory

- reports. *Psychology, Crime & Law*, 23(2), 97-117. <http://dx.doi.org/10.1080/1068316X.2016.1225051>
- Iida, R., Itsukusima, Y., & Mah, E. Y. (2019). How do we judge our confidence? Differential effects of metamemory feedback on eyewitness accuracy and confidence. *Applied Cognitive Psychology*, 34(2), 397–408. <https://doi.org/10.1002/acp.3625>
- Kebbell, M. R., & Johnson, S. (2000). Lawyers' questioning: The effect of confusing questions on witness confidence and accuracy. *Law and Human Behavior*, 24(6), 629-641. <https://doi.org/10.1023/A:1005548102819>
- Kline, R. B. (2011). *Principles and practice of structural equation modeling*. (3rd ed.). Guilford press.
- Leippe, M. R., Eisenstadt, D., & Rauch, S. M. (2009). Cueing confidence in eyewitness identifications: influence of biased lineup instructions and pre-identification memory feedback under varying lineup conditions. *Law and Human Behavior*, 33(3), 194–212. <https://doi.org/10.1007/s10979-008-9135-y>
- Loftus, E. F. (1975). Leading questions and eyewitness report. *Cognitive Psychology*, 7(4), 560-572. [https://doi.org/10.1016/0010-0285\(75\)90023-7](https://doi.org/10.1016/0010-0285(75)90023-7)
- Loftus, E. F. (2005). Planting misinformation in the human mind: a 30-year investigation of the malleability of memory. *Learning & Memory*, 12(4) 361-366. <https://doi.org/10.1101/lm.94705>
- Luna, K., & Martín-Luengo, B. (2012). Confidence-accuracy calibration with general knowledge and eyewitness memory cued recall questions. *Applied Cognitive Psychology*, 26(2), 289-295. <https://doi.org/10.1002/acp.1822>
- McGroaty, A., & Thomson, H. T. (2013). Negative emotional states, life adversity and interrogative suggestibility. *Legal and Criminological Psychology*, 18(2), 287-299. <https://doi.org/10.1111/j.2044-8333.2012.02046.x>
- Oliveira, I. (2020). *Tipos de questões sugestivas mais eficazes na indução de sugestionabilidade interrogativa em estudantes do ensino secundário*. [Tese de mestrado, Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade de Coimbra]. Repositório científico da UC. <http://hdl.handle.net/10316/94441>
- Ost, J., Ghonouie, H., Cook, L., & Vrij, A. (2008). The effects of confederate influence and confidence on the accuracy of crime judgements. *Acta*

Psychologica, 128(1), 25–32.
<https://doi.org/10.1016/j.actpsy.2007.09.007>

- Penajoia, M. S., Pinho, M. S., & Dias, I. T. (2015). A influência da familiaridade com procedimentos judiciais de interrogatório na sugestionabilidade interrogativa de reclusos reincidentes. *Análise Psicológica*, 33(3), 251-264. <https://doi.org/10.14417/ap.861>
- Penajoia, M. S. F. (2012). *Estudo da sugestionabilidade interrogativa em reclusos*. [Tese de mestrado, Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade de Coimbra]. Repositório científico da UC. <http://hdl.handle.net/10316/21849>
- Pires, R. (2011). *Estilos de personalidade e vulnerabilidade à sugestão no contexto de uma relação interpessoal*. [Tese de doutoramento não publicada]. Faculdade de Psicologia da Universidade de Lisboa.
- Pires, R., Silva, D. R., & Ferreira, A. S. (2013). Portuguese adaptation of the Gudjonsson Suggestibility Scales (GSS1 and GSS2): Empirical findings. *Personality and Individual Differences*, 54(2), 251-255. <http://dx.doi.org/10.1016/j.paid.2012.09.008>
- Pires, R., Silva, D. R., & Ferreira, A. S. (2014). The Portuguese adaptation of the Gudjonsson Suggestibility Scale (GSS1) in a sample of inmates. *International Journal of Law and Psychiatry*, 37(3), 289-294. <http://dx.doi.org/10.1016/j.ijlp.2013.11.014>
- Polczyk, R. (2005). Interrogative suggestibility: Cross-cultural stability of psychometric and correlational properties of the Gudjonsson Suggestibility Scales. *Personality and Individual Differences*, 38(1), 177–186. <https://doi.org/10.1016/j.paid.2004.03.018>
- Ribeiro, C., Almeida, T. S., & Fernandes, R. V. (2021). Avaliação da capacidade para testemunhar: contributos da psicologia forense. In A. Inácio, A. Mesquita, A. C. Baptista, C. Ademar, C. E. Peixoto, C. Costa, C. Ribeiro, F. Vieira, J. Ferreira, J. Carvalho, J. Oliveira, J. N. S. Pandeirada, M. Ferraz, M. Perquilhas, M. S. Pinho, M. R. Simões, M. Pereira, P. P. Albuquerque, P. B. Albuquerque, P. E., ..., T. S. Almeida (Eds.), *Psicologia do testemunho: Da prática à investigação científica*. (pp. 87-105). Pactor.
- Rijn, E. V., Carter, N., McMurtrie, H., Willner, P., & Blagrove, M. (2017). Sleep does not cause false memories on a story-based test of suggestibility. *Consciousness and Cognition*, 52, 39-46. <http://dx.doi.org/10.1016/j.concog.2017.04.010>

- Roebbers, C. M. (2002). Confidence judgments in children's and adult's event recall and suggestibility. *Developmental Psychology*, 38(6), 1052-1067. <https://doi.org/10.1037/0012-1649.38.6.1052>
- Sarwar, F., Allwood, C. M., & Innes-Ker, A. (2014). Effects of different types of forensic information on eyewitness' memory and confidence accuracy. *The European Journal of Psychology Applied to Legal Context*, 6(1), 17-27. <https://doi.org/10.5093/ejpalc2014a3>
- Sharman, S. J., & Powell, M. B. (2012). A Comparison of Adult Witnesses' Suggestibility Across Various Types of Leading Questions. *Applied Cognitive Psychology*, 26(1), 48-53. <https://doi.org/10.1002/acp.1793>
- Simon, D. (2012). *In doubt: The psychology of the criminal justice process*. Harvard University Press.
- Smeets, T., Leppink, J., Jelicic, M., & Merckelbach, H. (2007). Shortened versions of the Gudjonsson Suggestibility Scale meet the standards. *Legal and Criminological Psychology*, 14 (1), 149-155. <https://doi.org/10.1348/135532507X190207>
- Szpitalak, M., & Polczyk, R. (2016). Reinforced self-affirmation and interrogative suggestibility. *Psychiatry, Psychology and Law*, 23(4), 512-520. <http://dx.doi.org/10.1080/13218719.2015.1081088>
- Tomes, J. L., & Katz, A. N. (2000). Confidence-accuracy relations for real and suggested events. *Memory*, 8(5), 273-283. <https://doi.org/10.1080/09658210050117708>
- Wade, K. A., Nash, W. R., & Lindsay, D. S. (2018). Reasons to doubt the reliability of eyewitness Memory: Commentary on Wixted, Mickes, and Fisher (2018). *Perspectives on Psychological Science*, 13(3), 339-342. <https://doi.org/10.1177/1745691618758261>
- Wixted, J. T., & Wells, G. L. (2017). The relationship between eyewitness confidence and identification accuracy: A new synthesis. *Psychological Science in the Public Interest*, 18(1), 10-65. <https://doi.org/10.1177/1529100616686966>

Anexos

Anexo A

Estatística descritiva relativamente à confiança na resposta à GSS-2, por tipo de questão

	1°		2°		Ambos os	
	Questionamento		Questionamento		Questionamentos	
	<i>M</i>	<i>DP</i>	<i>M</i>	<i>DP</i>	<i>M</i>	<i>DP</i>
Questões Não Sugestivas	84.38	15.70	84.25	16.15	84.31	15.27
Questões Afirmativas	63.13	22.01	62.75	24.57	62.94	21.18
Questões Direcionadas	62.38	26.14	60.38	26.32	61.38	25.13
Questões com Alternativas Falsas	54.63	22.52	55.25	22.59	54.94	20.31

Anexo B*Frequência dos resultados obtidos na variável desejabilidade social*

Pontuação	Frequência	Percentagem (%)	Percentagem acumulativa
1	1	0.5	1.3
2	1	0.5	2.5
3	10	5.0	15.2
4	4	2.0	20.3
5	8	4.0	30.4
6	6	3.0	38.0
7	8	4.0	48.1
8	4	2.0	53.2
9	8	4.0	63.3
10	6	3.0	70.9
11	10	5.0	83.5
12	3	1.5	87.3
13	6	3.0	94.9
14	1	0.5	96.2
15	0	0	98.7
16	0	0	98.7
17	2	1.0	98.7
18	0	0	100
19	1	0.5	100
20	0	0	100
Total	79	100	

Anexo C

Comparação das médias entre cedência 1 e cedência 2 em ambos os grupos

	Cedência 1		Cedência 2		<i>t</i>	<i>p</i>
	<i>M</i>	<i>DP</i>	<i>M</i>	<i>DP</i>		
Grupo Controlo	4.85	2.76	5.74	3.78	-2.47	.018
Grupo Experimental	5.75	3.01	6.80	3.96	-2.95	.005

Anexo D

Frequência das respostas “Não sei” e “Não foi referido”, por tipo de questão

	Respostas “Não sei”		Respostas “Não foi referido”	
	N	%	N	%
Questões Não Sugestivas	18	1.1	3	0.2
Questões Afirmativas	31	1.9	25	1.6
Questões Direcionadas	38	2.4	29	1.8
Questões com Alternativas Falsas	51	3.2	42	2.6
Total	138	8.6 ^a	99	6.2 ^a

^a 100% corresponde ao total de 1600 respostas (40 sujeitos x 40 questões)